



IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2016

04

CADERNOS DA JUVENTUDE

**Juventude e
Mercado de Trabalho**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN



Juventude e Mercado de Trabalho

Vitória, julho 2016

Instituto Jones dos Santos Neves
Juventude e mercado de trabalho. Vitória, ES, 2015.

86p.; il. Tab. (Cadernos da juventude, 04)

1.Juventude. 2.Jovens. 3.Mercado de Trabalho. 4.Espírito Santo(Estado). I.Silva, Estefania Ribeiro da. II.Toscano, Victor Nunes. III.Título. IV.Série.



GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo Hartung

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

César Colnago

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Régis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Diretor Presidente

Andrezza Rosalém Vieira

Diretor de Estudos e Pesquisas

Ana Carolina Giuberti

Equipe Técnica

Estefania Ribeiro da Silva (Coordenação de Estudos Econômicos – CEE)

Victor Nunes Toscano (Coordenação de Estudos Econômicos – CEE)

Assessoria de Relacionamento Institucional

Projeto Gráfico

Lastênio João Scopel

Editoração

João Vitor André

Fotografia Capa

Eugênio Herkenhoff

Bibliotecária

Andrezza Ferreira Tovar



APRESENTAÇÃO

Este Caderno dá continuidade ao projeto intitulado Cadernos da Juventude, que tem como tarefa contribuir, no âmbito do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), para a reflexão sobre a relação da juventude e o mercado de trabalho no Espírito Santo.

A intenção é publicar, ao longo do ano, três Cadernos temáticos a partir do recorte Juventude (15 a 29 anos), visitando ou revisando temáticas que o IJSN, de alguma forma, possui afinidade e que são importantes para a juventude.

O desejo é que os jovens, os movimentos sociais organizados, a academia e os gestores públicos, entre outros atores sociais, possam somar com o IJSN um diálogo profícuo, em torno deste tema, com vistas a contribuir, de fato, para o acompanhamento e a formulação de políticas públicas para a juventude.

Boa leitura!



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1.INTRODUÇÃO	10
2. O JOVEM NO ESPÍRITO SANTO E SUA RELAÇÃO COM MERCADO DE TRABALHO	15
3. INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	31
I. Desocupação	33
II. Ocupação	43
a. Posição na ocupação	46
b. Rendimento	52
c. Estrutura ocupacional	55
4. O JOVEM FORA DA FORÇA DE TRABALHO	59
I. O perfil do jovem fora da força de trabalho no Espírito Santo	62
a. O jovem que apenas estuda	67
b. O jovem inativo que não estuda	70
c. As mulheres e evolução geração “Nem Nem” no Espírito Santo.....	73
5.TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	77
REFERÊNCIAS	85



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição da população em idade ativa jovem por faixa etária, sexo, cor ou raça, e situação do domicílio – Espírito Santo – 2014	17
Gráfico 2 - Participação (%) dos jovens na população em idade ativa total – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014	17
Gráfico 3 - Taxa de atividade total, jovem e não jovem – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014	19
Gráfico 4 - Taxa de atividade do jovem – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014 (%)	20
Gráfico 5 - Taxa de atividade por faixa etária (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014	22
Gráfico 6 - Participação (%) pessoas economicamente ativas em 2014 e evolução da taxa de atividade (%) dos jovens de 2004 a 2014 por sexo, cor ou raça e situação do domicílio – Espírito Santo	23
Gráfico 7 - Participação (%) do jovem por quintil de renda domiciliar e faixa etária – Espírito Santo – 2014	24
Gráfico 8 - Taxa de atividade por quintil de renda domiciliar per capita (%) – Espírito Santo – 2014..	25
Gráfico 9 - Taxa de atividade jovem por faixa de rendimento domiciliar per capita (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014	26
Gráfico 10 - Escolaridade média dos jovens economicamente ativos por faixa etária, sexo, cor ou raça, situação de domicílio e de renda domiciliar em 2014 e Evolução da escolaridade média de 2004 a 2014 (em anos de estudo) – Espírito Santo	27
Gráfico 11 - Taxa de atividade jovem por anos de estudo (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014	28
Gráfico 12 - Proporção de jovens na pea que estudavam por faixa etária (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014	29
Gráfico 13 - Participação (%) da população economicamente ativa em 2014 e evolução da taxa de atividade de 2004 a 2014 por posição no domicílio – Espírito Santo	30
Gráfico 14 - Taxa de desocupação jovem (%) – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014	34
Gráfico 15 - Taxa de atividade e nível de ocupação jovem (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014	35
Gráfico 16 - Taxa de desocupação jovem e não jovem (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014	36
Gráfico 17 - Taxa de desocupação jovem por anos de estudo (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014 ..	37
Gráfico 18 - Taxa de desocupação jovem por faixa etária (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014	38
Gráfico 19 - Participação (%) pessoas desocupadas em 2014 e evolução da taxa de desocupação (%) de 2004 a 2014 por sexo, cor ou raça e situação do domicílio – Espírito Santo ...	40
Gráfico 20 - Participação (%) pessoas desocupadas jovens por quintil de renda – Espírito Santo – 2014	41
Gráfico 21 - Taxa de desocupação jovem por quintil de renda domiciliar per capita – Espírito Santo – 2004 e 2014	42
Gráfico 22 - Participação (%) pessoas desocupadas e taxa de desocupação (%) por posição no domicílio – Espírito Santo – 2004 a 2014	43
Gráfico 23 - Nível de ocupação jovem e não jovem – Espírito Santo – 2004 a 2014	44
Gráfico 24 - Nível de ocupação jovem por faixa etária, sexo, cor ou raça, situação do domicílio, escolaridade e renda domiciliar per capita – Espírito Santo – 2014	45

Gráfico 25 - Participação (%) ocupados, jovem e não jovem, por posição na ocupação – Espírito Santo – 2014	47
Gráfico 26 - Taxa de formalidade do emprego jovem – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014	48
Gráfico 27 - Participação (%) dos empregados dentre os ocupados, formal e informal, em 2014 e evolução da taxa de formalidade (%) de 2004 a 2014 segundo faixa etária – Espírito Santo	49
Gráfico 28 - Taxa de formalidade do emprego por faixa etária, sexo, cor ou raça, situação do domicílio, escolaridade e renda domiciliar per capita – Espírito Santo – 2014	50
Gráfico 29 - Participação (%) trabalho não remunerado e para consumo próprio – Espírito Santo – 2004 a 2014	51
Gráfico 30 - Participação (%) empregado sem carteira de trabalho assinado, conta própria e empregador por contribuição à previdência social – Espírito Santo – 2004 a 2014	52
Gráfico 31 - Rendimento médio real de todos os trabalhos jovem (R\$) – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014	53
Gráfico 32 - Rendimento médio de todos os trabalhos jovem e não jovem (R\$) – Espírito Santo – 2004 a 2014	53
Gráfico 33 - Rendimento médio de todos os trabalhos por faixa etária, sexo, cor ou raça, situação de domicílios, escolaridade e quintil de renda domiciliar per capita (R\$) – Espírito Santo – 2014 ...	54
Gráfico 34 - Participação (%) de ocupados jovens por atividade econômica – Espírito Santo – 2014	56
Gráfico 35 - Participação (%) de ocupados jovens por Número de trabalhos e jornada de trabalho semanal – Espírito Santo – 2014	56
Gráfico 36 - Participação (%) dos jovens ocupados que estudavam por faixa etária – Espírito Santo – 2004 a 2014	57
Gráfico 37 - Distribuição dos jovens fora da força de trabalho de acordo com a alocação do tempo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 e 2014	60
Gráfico 38 - Perfil da PNEA jovem – Espírito Santo – 2014	62
Gráfico 39 - Perfil da PNEA jovem de acordo com as características intragrupos – Espírito Santo – 2014	63
Gráfico 40 – Evolução da população jovem economicamente inativa – Espírito Santo – 2004 a 2014	64
Gráfico 41- Escolaridade média dos jovens, total e inativos – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 e 2014	66
Gráfico 42 - Participação dos jovens que apenas estudavam no total da população economicamente inativa – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014	67
Gráfico 43 - Perfil do jovem que só estuda – Espírito Santo – 2014	68
Gráfico 44 - Escolaridade média dos jovens que apenas estudavam – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 e 2014	69
Gráfico 45 - Distribuição dos jovens segundo quintis de renda domiciliar per capita – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014	70
Gráfico 46 - Participação dos jovens “nem nem” no total da população economicamente inativa – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014	70

Gráfico 47 - Perfil do jovem nem trabalha e nem estuda – Espírito Santo – 2014	71
Gráfico 48 - Distribuição dos jovens segundo quintis de renda domiciliar per capita – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014	72
Gráfico 49 - Escolaridade média da população jovem inativo que não trabalhava e nem estudava – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 e 2014	73
Gráfico 50 - Participação feminina na população “nem nem” – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014	73
Gráfico 51 - Distribuição das mulheres com funções domésticas de acordo com a alocação do tempo entre estudo e faixas etárias selecionadas – Espírito Santo – 2014	74
Gráfico 52 - Carga horária de trabalho semanal das mulheres inativas de acordo com faixas etárias selecionadas – Espírito Santo – 2014	75
Gráfico 53 - Percentual das jovens inativas que tiveram e não tiveram filhos – Espírito Santo – 2011 a 2014	76
Gráfico 54 - Taxa de participação, taxa de desocupação e nível de ocupação (%) jovens – Espírito Santo – 4º trimestre de 2012 a 4º trimestre de 2015 (média móvel 4 trimestres)	79
Gráfico 55 - Taxa de desocupação por faixa etária e unidade geográfica – 4º trimestre de 2012 a 4º trimestre de 2015 (média móvel 4 trimestres)	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição da população por faixa etária – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014	15
Tabela 2 - Taxa de atividade por faixa etária (%) – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014	21
Tabela 3 - Pessoas ocupadas e desocupadas por coorte etário – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014	32
Tabela 4 - Participação percentual ocupados jovem por posição na ocupação – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação das pessoas segundo a estrutura do mercado de trabalho	12
Figura 2 - Relação dos jovens com o mercado de trabalho – Espírito Santo – 2014	18
Figura 3 - Jovens economicamente ativos por condição na ocupação – Espírito Santo – 2014	32
Figura 4 - Relação dos jovens com o mercado de trabalho PNADC – Espírito Santo – 2015	78



Foto: Eugênio Herkenhoff – Acervo IJSN.

A relação do jovem com o mercado de trabalho é frequentemente foco de estudos no Brasil e no mundo. O ingresso no mercado de trabalho tem um papel importante para estes indivíduos no momento de transição da infância à vida adulta, por garantir a autonomia necessária nesse processo.

Mas qual é o contexto em que se trata o jovem e a juventude neste caderno? Primeiramente, é importante salientar que a definição das fases da vida é determinada pelo contexto histórico, construído pela evolução dos costumes e instituições que afetam e são afetadas pelas transformações ocorridas na sociedade. Então, atualmente, quando se pensa a juventude, trata-se como uma fase de transição, que ocorre em diversos aspectos da vida: da saída da infância à maturidade do ponto de vista cronológico; do mundo dos estudos ao mundo do trabalho dadas as responsabilidades econômicas perante à sociedade. Esse processo envolve uma mudança que só pode ser entendida dentro de um contexto compartilhado por todos, independentemente da idade. Nesse sentido, a juventude é tratada como um processo de transformação e o jovem o agente dessa transformação.

Ao analisar o contexto em que o jovem está inserido, está-se considerando um período em que passaram fortes transformações envolvendo as instituições, convenções e cultura em nosso país. Nos últimos 30 anos, o Brasil passou por diversas e importantes transformações, com transição da ditadura para o regime democrático do ponto de vista político, pelo processo abertura econômica seguido pela estabilização dos preços na década de 1990 e, por fim, na década dos anos 2000, um processo de redução da pobreza e avanços importantes na área social. Assim como na história do país, os marcos afetam as gerações de pessoas ao longo de suas vidas, as quais constroem suas histórias de acordo com as oportunidades fornecidas pela sociedade como, por exemplo, acesso ao primeiro emprego, condições para realizar um casamento, terminar os estudos, festejar a formatura e assim por diante.

A própria faixa etária considerada neste caderno¹, ou seja, de 15 a 29 anos, é abrangente o suficiente para encontrar diversos grupos de jovens, cujas expectativas e projetos de vida são as mais diversas possíveis. Logicamente, essas expectativas perante a vida refletem a realidade em que estes jovens vivem. Por exemplo, no Brasil, que é um país que ainda enfrenta uma forte desigualdade social, as expectativas em relação ao trabalho entre um jovem de classe média e um jovem pobre tendem a ser bastante distintas, determinadas, em primeiro lugar pela renda familiar. Isso pode significar que, simplesmente por nascer em uma família mais pobre, a probabilidade deste jovem acessar a ocupações de melhor qualidade é menor. Nesse sentido, quando preconizado na Constituição Federal, e mais recentemente, no Estatuto da Juventude, igualdade de condições e oportunidades para os membros da sociedade, deve-se levar em consideração estas distorções observadas no ambiente no qual o indivíduo se encontra. Dessa forma, entender que alguns membros possuem uma posição mais favorável que outros, abre espaço para ações e programas que poderiam diminuir estas desigualdades, contribuindo para um país socialmente mais justo.

De um ponto de vista macro, quando se trata a relação do jovem e o mercado de trabalho, muitos estudos apontam para o caráter vulnerável no qual essa parcela da população se encontra, com maior probabilidade de desemprego, salários mais baixos, empregos e ocupações degradantes que podem pôr em cheque o futuro das pessoas dessa faixa etária. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) já chama atenção para a existência de uma “crise do emprego jovem”, que atinge dimensões globais com o temor da iminência de uma geração perdida (OIT, 2012).

Diante desse contexto, este caderno tem por objetivo contribuir com o entendimento da relação da juventude e do mercado de trabalho no Espírito Santo.

¹ Que tem por referência o Estatuto da Juventude, aprovado pelo Congresso Nacional em 2013 (Lei 12.852/2013).

Especificamente, pretende-se apresentar um panorama dessa relação, buscando compreender o jovem que participa da força de trabalho, seja ocupado seja à procura de uma ocupação, bem como aqueles que estão fora da força de trabalho.

Para tanto, serão utilizados os dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD é uma pesquisa de amostragem probalística, realizada anualmente, com exceção dos anos de censo, que investiga diversas características socioeconômicas, dentre elas o trabalho. Por trabalho, entende-se o exercício de ocupação remunerada ou não na produção de bens e serviços, de ocupação remunerada no serviço doméstico, bem como de ocupação na produção de bens e construção destinadas ao consumo e próprio uso.

Os principais agregados do mercado de trabalho estão apresentados na figura 1, que mostra uma visão geral das suas inter-relações. As pessoas em idade ativa, são aquelas que estão em idade de trabalhar. Essas pessoas podem estar ou não efetivamente no mercado de trabalho, sendo assim classificadas conforme a sua condição de atividade. Se forem ativas, isto é, se estiverem ocupadas ou à procura de uma ocupação serão denominadas de economicamente ativas. Se por outro lado, não estiverem nem ocupadas nem desocupadas, serão chamadas de não economicamente ativas ou inativas.

Figura 1 - Classificação das pessoas segundo a estrutura do mercado de trabalho



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Estes e outros conceitos utilizados pela PNAD referentes ao mercado de trabalho serão melhor explicitados e apresentados ao longo deste caderno. Contudo, um fator importante que já deve ser ressaltado, diz respeito à condição de desocupados. Esta, formalmente, se difere da expressão desempregado tendo em vista que se trata de procura por uma ocupação, que não necessariamente seja um emprego, podendo ser por exemplo, medida para iniciar um negócio. No entanto, tal como utilizado por diversos autores, em algum momento deste estudo pode-se utilizar essas expressões como sinônimos. Todavia, essa não deve ser confundida com a procura de uma posição de emprego e sim como a procura por um trabalho ou ocupação.

No que concerne a aspectos metodológicos utilizados neste estudo, deve-se destacar que por se tratar de uma pesquisa amostral, a PNAD estabelece também alguns limites à análise dos dados em decorrência da precisão das estimativas, sobretudo, no que diz respeito a recortes específicos, tais como por unidade da federação, faixa etária, sexo, raça e situação de domicílio. Diante disso, definiu-se aqui efetuar poucos cruzamentos e recortes mínimos, tendo em vista que a análise pretende investigar um grupo etário tão específico. Assim, delimitou-se por apresentar em termos de cor ou raça apenas o grupo de brancos e pretos/pardos, já que, apesar da importância, o grupo de indígenas e amarelos representam uma parcela pequena da população do estado. Além deste, serão apresentados, dentre outros, os recortes de sexo, situação de domicílio, faixa etária, escolaridade e faixa de renda, sem, contudo, sobrepô-los.

Cabe ressaltar ainda que ao buscar um painel da última década dos agregados relacionados ao mercado de trabalho e a juventude, adotou-se neste caderno, tal como na primeira edição do caderno da juventude, a técnica de média móvel simples (MMS), a fim de suavizar possíveis flutuações aleatórias encontradas na série, que propaguem os componentes cíclicos, sazonais e de tendência subjacentes. Dessa maneira, na série histórica, com exceção das estimativas do início e final da série que serão mantidas a seus valores originais, os demais anos foram definidos a partir do cálculo da média simples do ano considerado, bem como dos anos imediatamente anterior e posterior. Assim, os valores intermediários não podem ser aplicados na análise de forma isolada e são usados apenas para indicar a tendência de cada indicador.

Este caderno está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda, apresenta-se o jovem no Espírito Santo e sua relação com o mercado de trabalho. Dessa forma, define-se e contextualiza-se a população jovem em idade ativa segundo a sua condição de participação ou não no mercado de trabalho, mediante, sobretudo, o indicador de atividade e observando especificamente o perfil dessa participação.

Em seguida, na seção 3, caracteriza-se a inserção dos jovens no mercado de trabalho, analisando a ocupação e desocupação. Nesse sentido, ocupa-se de observar a inserção ocupacional do jovem e a ocupação assumida por esse, tendo em vista, seu perfil e suas principais características em termos de educação e renda.

A seção 4 analisa os jovens que estão fora do mercado de trabalho, mostrando seu perfil e suas principais características, principalmente, no que diz respeito à sua alocação do tempo. Aborda-se, assim, a frequência à escola dos jovens que não participam efetivamente do mercado de trabalho, seja a procura de uma ocupação, seja ocupado.

Por fim, a partir do cenário descrito, apresenta-se as principais tendências e perspectivas na relação do jovem com o mercado de trabalho, a partir da atual conjuntura verificada em 2015 por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), bem como aponta os principais desafios encontrados na relação do jovem com o mercado de trabalho e proposições acerca da juventude e o mercado de trabalho.



Foto: Eugênio Herkenhoff – Acervo IJSN.

A população jovem no Espírito Santo totalizou, em 2014, 905,7 mil pessoas, o correspondente a 23,3% da população total. Isso equivale a dizer que quase uma em cada quatro pessoas possuía entre 15 e 29 anos no estado. No Brasil, a coorte jovem somou 24,1% da população, valor esse pouco maior que a participação estimada no Estado. Já no Sudeste, a proporção de jovens foi bem próxima ao observado no Espírito Santo, somando 23,1%.

Tabela 1 - Composição da população por faixa etária – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014

Categorias etárias	Brasil		Sudeste		Espírito Santo	
	Nº de pessoas	Part. %	Nº de pessoas	Part. %	Nº de pessoas	Part. %
Crianças	43.947.482	21,6	16.638.990	19,5	833.984	21,4
Jovens	48.962.173	24,1	19.734.934	23,1	905.677	23,3
Adultos	82.399.325	40,6	36.071.450	42,3	1.626.255	41,8
Idosos	27.881.872	13,7	12.845.927	15,1	528.350	13,6
Total	203.190.852	100,0	85.291.301	100,0	3.894.266	100,0

Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

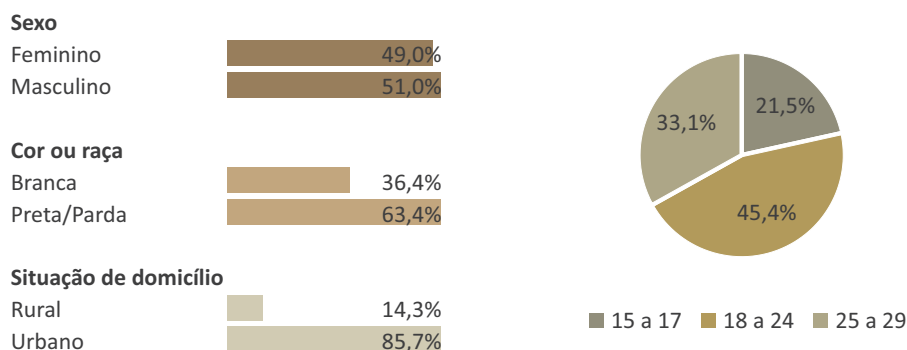
Para a análise da relação do jovem com o mercado de trabalho, uma abordagem inicial se refere à definição daquelas pessoas que estão em idade de trabalhar. Essas pessoas são denominadas de pessoas em idade ativa (PIA), isto é, são aquelas pessoas elegíveis para participar do mercado de trabalho e que podem integrar a força de trabalho, caso assim o queiram.

Na perspectiva do jovem, a Constituição Federal faz uma importante ressalva e determina a “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (BRASIL, 1988). Isso quer dizer, em outras palavras, que ao jovem é permitido o trabalho, desde que atendida as seguintes condições: (i) para os jovens de 15 anos apenas é possível o trabalho na condição de aprendiz², sendo proibido qualquer outra forma de contrato; (ii) para os jovens de 16 e 17 anos, é permitido o trabalho desde que esse não ocorra em condições insalubres, perigosas e com jornada noturna. Diante disso, o presente estudo optou pela análise do trabalho do grupo total de jovens, tendo como limite inferior os jovens de 15 anos e limite superior os jovens de 29 anos.

Em 2014, a população jovem capixaba correspondia a 29,6% do total de Pessoas em Idade Ativa (PIA), isto é, aproximadamente 3 a cada 10 pessoas em idade de trabalhar eram jovens. O contingente juvenil, em 2014, era composto em sua maioria por jovens de 18 a 24 anos (45,4%), do sexo masculino (51,0%), da cor ou raça preta/parda (63,4%) e residentes urbanos (85,7%) (Gráfico 1).

² A aprendizagem está presente no Estatuto da Criança e Adolescente e é regulamentada pela lei nº 10.097 de 2000. A contratação nessa modalidade implica em carga horária reduzida, inscrição em curso de ensino técnico e atividades específicas que não sejam prejudiciais ao desenvolvimento do adolescente e não interfiram nos estudos regulares. O Art. 428 da lei 10.097 dispõe que: Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. § 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.”

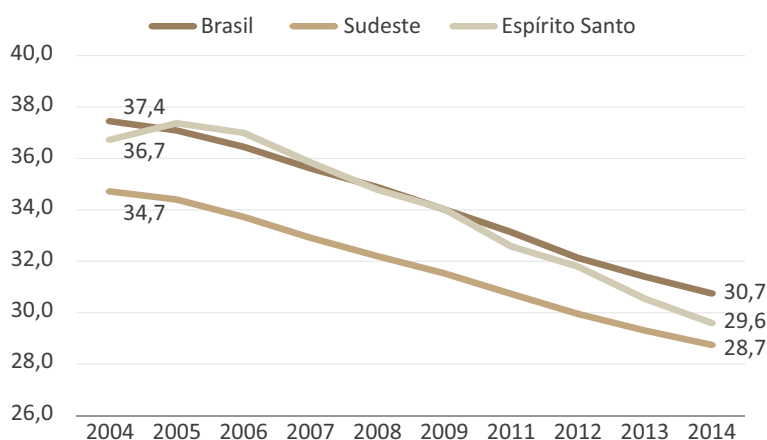
Gráfico 1 - Composição da população jovem em idade ativa por faixa etária, sexo, cor ou raça, e situação do domicílio – Espírito Santo – 2014



Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

Na última década, a população jovem vem apresentando declínio e perda na sua participação na população em idade de trabalhar. O Gráfico 2 mostra o comportamento da participação desta faixa etária sobre a população em idade ativa ao longo da última década. Na comparação com início da década, houve uma redução de mais de 14 mil jovens no Estado. Conforme pode ser observado, a participação dos jovens vem caindo gradualmente, saindo de 36,7%, em 2004, para 29,6%, em 2014. Na comparação com o Brasil e Sudeste, a proporção de jovens é próxima aquelas verificadas no Estado, de 30,7% e 28,7%, respectivamente.

Gráfico 2 - Participação (%) dos Jovens na população em idade ativa total – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014

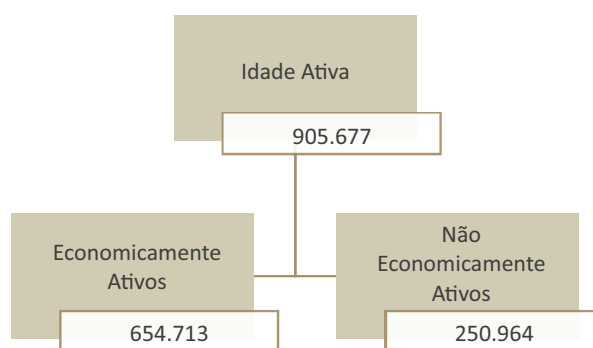


Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

A contração do segmento juvenil observada no Brasil, Sudeste e Espírito Santo constitui uma das dimensões do processo de transição demográfica pelo qual passam o país e o Estado, e indica que esses já estão avançando para a fase final desse processo, quando as taxas de fecundidade declinam, o crescimento populacional se reduz, e, no final do processo, natalidade e mortalidade tendem a apresentar níveis baixos e próximos, o que resulta em crescimento baixo ou mesmo negativo e no envelhecimento populacional. A consequência desse processo é justamente a mudança no ritmo de crescimento da população, na distribuição etária e, conseqüentemente, na oferta de trabalho, que por sua vez, interferirá na relação do jovem com o mercado de trabalho.

O Fluxograma apresentado a seguir resume a relação dos jovens em idade de trabalhar com o mercado de trabalho no Espírito Santo, em 2014, podendo ofertar ou não trabalho.

Figura 2 - Relação dos jovens com o mercado de trabalho – Espírito Santo – 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

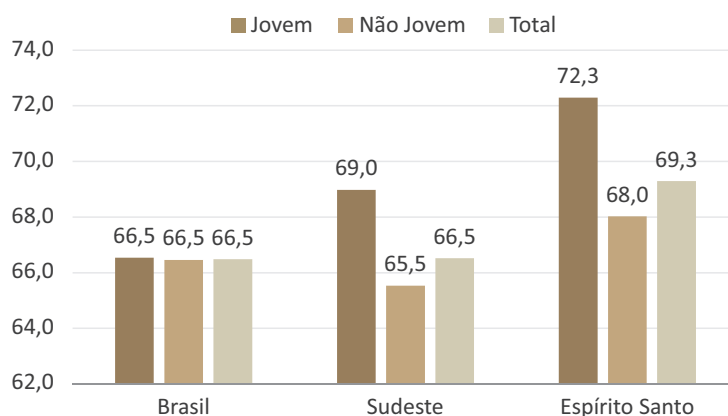
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

A oferta de trabalho é medida por meio das pessoas que estão na força de trabalho, isto é, aquelas pessoas que se encontram ocupadas ou à procura de uma ocupação. Tais pessoas, são denominadas pela PNAD como economicamente ativas (PEA). Por outro lado, não participam da força de trabalho, ou seja, são não economicamente ativas (PNEA) ou inativas, aquelas pessoas que não trabalham e não procuram emprego. Em 2014, o Espírito Santo somou 654,7 mil jovens efetivamente presentes no mercado de trabalho frente a 251,0 mil jovens fora do mercado de trabalho.

O considerável número de jovens na força de trabalho frente aos inativos no Espírito Santo destaca uma característica importante da relação dos jovens com

o mercado de trabalho, que é o fato de a juventude capixaba ser uma juventude trabalhadora. A taxa de atividade, que expressa a parcela da população efetivamente presente no mercado de trabalho, demonstra que entre os jovens há uma proporção maior de pessoas em idade ativa que estavam na força de trabalho, alcançando em 2014 o percentual de 72,3%, resultado superior ao observado para o Brasil (66,5%) e para o Sudeste (69,0%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Taxa de atividade total, jovem e “não jovem” – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014



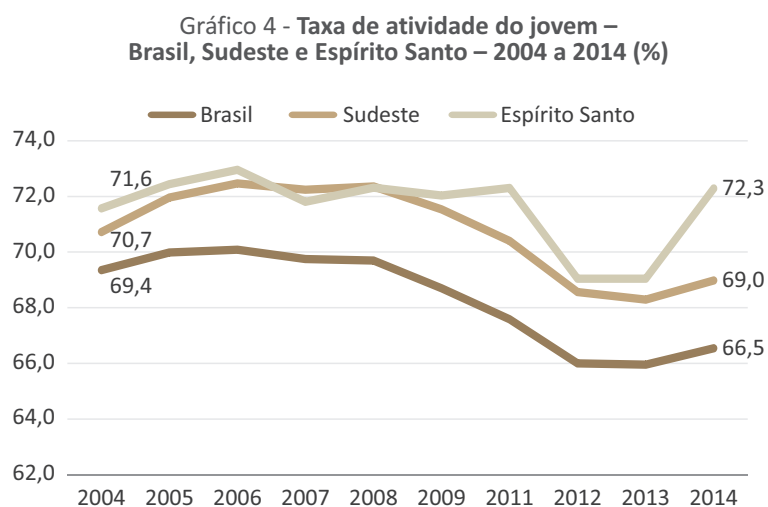
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

A taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho foi maior que a taxa dos “não jovens” no Estado. Em 2014, a taxa de participação dos “não jovens” apontou que 68,0% dessa população estava na força de trabalho. No Brasil, as taxas de atividade foram de 66,5% tanto para jovens quanto para “não jovens”. No Sudeste, tal como no Espírito Santo a taxa de participação é menor entre os “não jovens”, de 65,5% contra 69,0% dos jovens.

Conforme ressaltado por Constanzi (2009), não existe consenso sobre qual seria uma taxa de participação desejável para os jovens. De acordo com o autor, uma taxa de participação pode estar baixa e ser preocupante quando, por exemplo, é influenciada por um alto grau de afastamento do mercado de trabalho, associado a baixos níveis educacionais e a elevada dificuldade de inserção no mercado de trabalho. De outro modo, pode-se ter uma alta taxa de participação no mercado de trabalho em detrimento da frequência à escola que, especialmente entre os mais jovens, representa uma preocupação por indicar um movimento dos jovens em busca da sobrevivência econômica ou do apoio ao incremento do orçamento familiar, comprometendo sua formação educacional.

A taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho na última década apresentou tendência de queda tanto no Brasil, quanto no Sudeste e Espírito Santo, principalmente a partir de 2009. Em 2014, por outro lado, a taxa de participação voltou a crescer em todas as unidades geográficas, já alcançando valor superior ao início da década no Espírito Santo (71,6%), mostrando uma aparente reversão dessa tendência. Como no período houve o decréscimo da PIA jovem no estado, tal resultado só é possível pelo deslocamento dos jovens não economicamente ativos para a força de trabalho, indicando o maior ingresso dos jovens e a maior pressão exercida por esses sobre o mercado de trabalho em 2014, que pode indicar uma mudança no comportamento de adiamento do ingresso no mercado de trabalho que se configurava na última década (Gráfico 4).



Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

A decisão de entrada e a permanência dos jovens no mercado de trabalho são motivadas por variados fatores. Alguns autores ressaltam que essa depende não só de decisão pessoal, mas também da articulação interna da família e de sua percepção ou expectativa em relação ao contexto econômico e seus impactos no mercado de trabalho (SEADE e DIEESE, 2013). Assim, embora muitos jovens entrem e permaneçam no mercado de trabalho por necessidade econômica e social de suas famílias, existe também aqueles que ingressam por desejo de autonomia, independência financeira, crescimento pessoal ou outras razões de cunho social (CONSTANZI, 2009). Essa diversidade de interesses e diferenças que caracterizam a juventude, bem como as desigualdades as quais, não só esse corte, mas toda a sociedade brasileira está submetida, faz com que a relação do jovem com o mercado de trabalho não seja igual para todos, se dando de maneira distinta para jovens com características pessoais específicas.

A presença dos jovens no mercado de trabalho capixaba se mostrou diferente segundo a faixa etária. Quase a metade dos jovens presentes no mercado de trabalho, em 2014, possuía de 18 a 24 anos (48,5%). Contudo, a maior taxa de participação era entre os jovens de 25 a 29 anos (84,1%), seguida pela faixa etária de 18 a 24 anos (77,3%), indicando que a maioria dos jovens efetivamente participam do mercado de trabalho a partir dos 18 anos. A menor participação na força de trabalho estava entre os jovens de 15 a 17 anos, com 43,7% dos jovens dessa faixa etária na força de trabalho (Tabela 2). A baixa taxa de atividade entre os mais novos se deve em parte ao maior tempo dedicado à educação, resultado da ampliação do acesso ao ensino público e também da preocupação generalizada com incremento da formação profissional (DIEESE, 2005).

Tabela 2 - Taxa de atividade por faixa etária (%) – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014

	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Não Jovem
Brasil	31,1	72,0	82,5	66,5
Sudeste	30,3	74,9	85,0	65,5
Espírito Santo	43,7	77,3	84,1	68,0

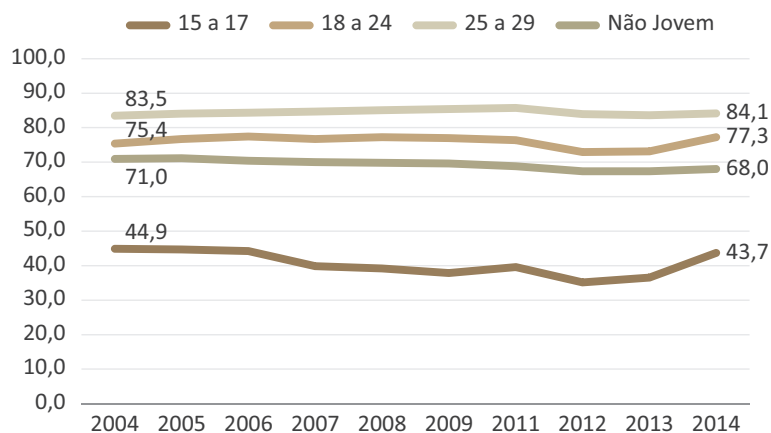
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

A taxa de atividade dos jovens de 15 a 17 anos, todavia, é mais alta no Espírito Santo do que na média nacional e do Sudeste, de 31,1% e 30,3%, respectivamente, destacando a entrada precoce dos jovens capixabas no mercado de trabalho do Espírito Santo. A inserção precoce no mercado de trabalho é ressaltada por diversos autores como prejudicial ao jovem, uma vez que essa fase deveria estar relacionada à permanência na escola e aquisição de qualificação. Tal como ressaltado por Guimarães e Almeida (2013), a idade precoce de entrada dos jovens pode estabelecer um perverso ciclo vicioso: os jovens ingressam muito cedo no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de obter renda e sem a educação adequada, obtêm um posto de trabalho precário e com reduzidas chances de ascensão profissional, consolidando uma forma de inserção que tende a se perpetuar.

No entanto, cabe destacar que apesar de a taxa de atividade dos jovens de 15 a 17 anos se apresentar pouco menor do que a estimada para 2004 (44,9%), essa voltou a apresentar crescimento em 2014, após tendência de queda nessa última década, mostrando que nos últimos anos da série houve um crescimento no ingresso dos mais jovens no mercado de trabalho capixaba, voltando a patamares bem próximos ao do início da década. Conforme pode ser observado no gráfico 5, foi essa faixa etária, juntamente com os jovens de 18 a 24 anos, que puxaram a reversão da tendência de queda da participação do jovem no mercado de trabalho, mencionada anteriormente.

Gráfico 5 - Taxa de atividade por faixa etária (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014



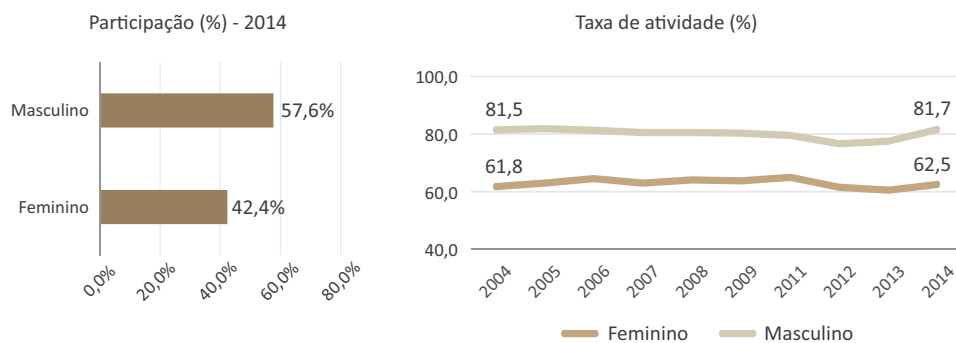
Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

A presença dos jovens no mercado de trabalho é predominantemente masculina, com aproximadamente 6 homens a cada 10 jovens na força de trabalho. A taxa de atividade, da mesma forma, é maior para homens do que para as mulheres, de 81,7% contra 62,5%, respectivamente, padrão esse também verificado para o Brasil e Sudeste (Gráfico 6). Tal resultado sugere que a dinâmica de participação no mercado de trabalho por sexo pode estar relacionada à dedicação das jovens aos cuidados domésticos e familiares. Além disso, é importante ressaltar que as mulheres apresentam níveis de escolaridade mais altos do que o dos homens (PEREIRA, ROCHA E GOMES, 2015), o que pode contribuir para a menor taxa de participação entre as jovens, devido à dedicação aos estudos (VENTURI e TORINI, 2014). Na última década, a diferença entre homens e mulheres em termos de participação no mercado de trabalho apresentava tendência de redução, entretanto, nos últimos três anos, observou-se que o hiato entre os sexos voltou a crescer, o que sugere um ingresso no mercado de trabalho mais forte para os homens em 2014.

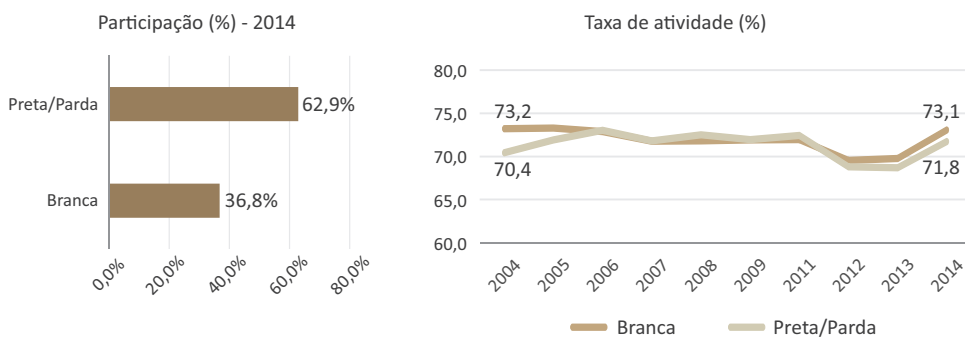
No que diz respeito à cor ou raça, a taxa de participação na força de trabalho é maior para os jovens da cor branca, de 73,1%, porém, bem próxima a participação da preta/parda de 71,8%. A taxa de atividade por cor ou raça apresentou a mesma trajetória que a média do Estado, não possuindo diferenças significativas entre as distintas cores/raças ao longo da última década (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Participação (%) pessoas economicamente ativas em 2014 e evolução da taxa de atividade (%) dos jovens de 2004 a 2014 por sexo, cor ou raça e situação do domicílio – Espírito Santo

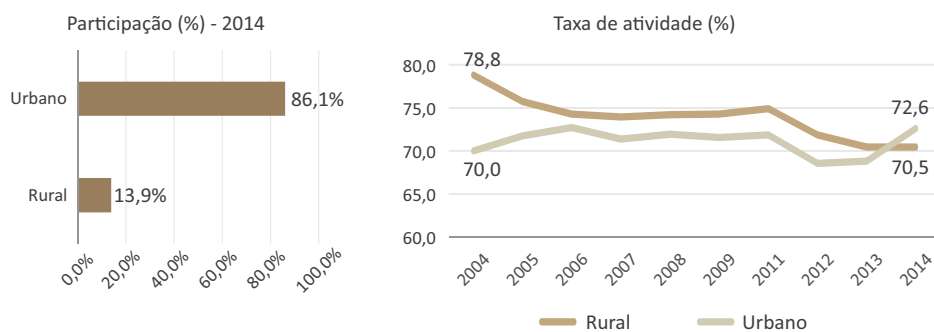
Sexo



Cor ou Raça



Situação Domicílio



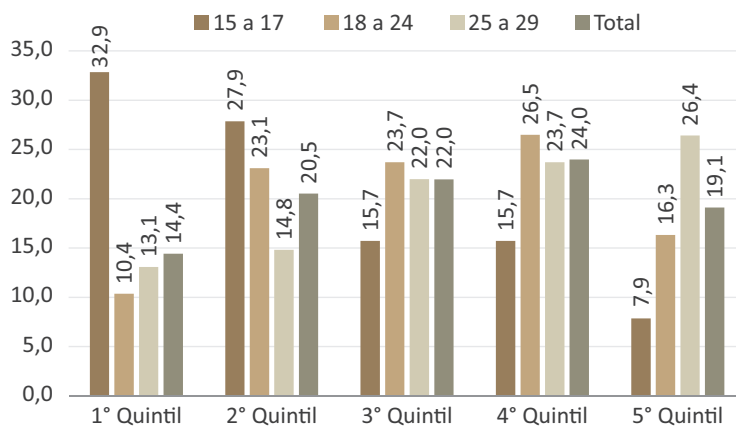
Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

Os jovens urbanos são preponderantes na força de trabalho capixaba, com participação de 86,1%. A taxa de atividade também é maior para os jovens urbanos, 72,6%, contra 70,5% dos jovens que vivem no meio rural. Com exceção

de 2014, desde o início da última década a taxa de participação dos jovens na zona rural vem se apresentando superior à dos jovens urbanos (Gráfico 6). Em 2014, de outra maneira, o incremento na PEA se deu predominantemente pela entrada dos jovens urbanos no mercado de trabalho, mostrando uma maior pressão sobre o mercado de trabalho no meio urbano.

Na decisão de entrada e permanência do jovem no mercado de trabalho, um fator relevante diz respeito às condições socioeconômicas das famílias dos jovens. O gráfico 7 apresenta a participação percentual dos jovens economicamente ativos de acordo com a posição do domicílio na distribuição de renda per capita por quintil. Conforme pode ser observado, os jovens estavam em maior número nos domicílios do 3º e 4º quintil, somando 46,0% dos jovens economicamente ativos. Quando analisado por faixa etária, contudo, observa-se que entre os mais jovens, de 15 a 17 anos, aproximadamente 60% estavam em domicílios entre os 40% mais pobres, sugerindo que a entrada precoce desses jovens no mercado de trabalho pode estar relacionada à necessidade de auferir renda. Já para os de família com maior poder aquisitivo, os jovens participavam, em geral, a partir dos 18 anos.

Gráfico 7 - Participação (%) do jovem por quintil de renda domiciliar e faixa etária – Espírito Santo – 2014*



Fonte: PNAD – IBGE.

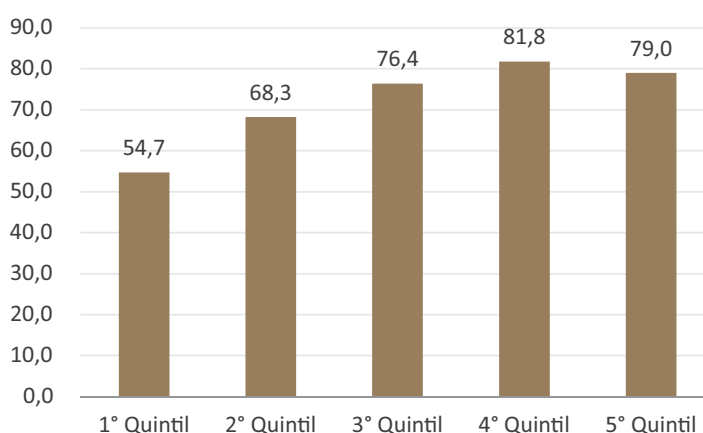
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

*Exclusivo os jovens de domicílios sem declaração do valor do rendimento.

O gráfico 8, por sua vez, mostra a taxa de atividade levando em consideração a divisão dos jovens conforme a posição do domicílio na distribuição de renda per capita por quintil. Os dados revelam que a taxa de atividade é associada à renda, com maior participação no mercado de trabalho de jovens residentes em domicílios com rendimento per capita maior. Enquanto pouco mais da metade dos jovens dos domicílios 20% mais pobres participavam do mercado de trabalho, entre os 20% mais ricos essa proporção é de quase 8 a cada 10 jovens. Para os

jovens de domicílios com maior rendimento, a participação do jovem parece acontecer principalmente por escolha, tendo em vista a maior qualificação profissional e experiência, exigidos pelo mercado, bem como pela independência econômica (CONSTANZI, 2009). Para os jovens de famílias com menor poder aquisitivo, por outro lado, a menor participação no mercado de trabalho pode ser um indício de desalento e desencorajamento entre esses jovens. Dada a dificuldade de ingressar e conseguir uma colocação adequada dessa camada da população, em virtude dentre outros motivos da baixa qualificação e da difícil inserção, o jovem pode acabar por desistir de participar do mercado de trabalho, ficando na inatividade.

Gráfico 8 - Taxa de atividade por quintil de renda domiciliar per capita (%) – Espírito Santo – 2014

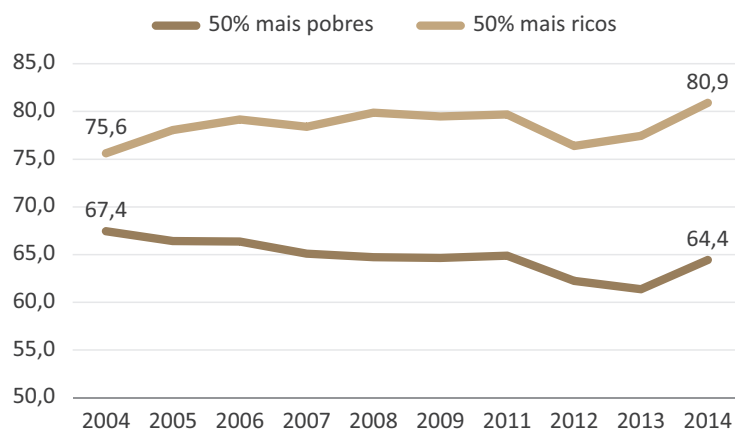


Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

Ao longo da última década, observa-se que os jovens de renda domiciliar mais baixa vêm apresentando redução na sua participação no mercado de trabalho, enquanto os jovens de domicílios com maior poder aquisitivo apresentaram expansão no período. Apesar dos jovens de mais baixa renda terem revertido um pouco a tendência de queda na taxa de participação com o ingresso mais acentuado em 2014, que pode estar relacionado à necessidade de contribuir com a renda familiar, a alta taxa de inatividade entre os mais pobres pode estar refletindo a crescente dificuldades de entrada no mercado de trabalho desses jovens e o conseqüente afastamento desses do mercado de trabalho devido ao desencorajamento (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Taxa de atividade jovem por faixa de rendimento domiciliar per capita (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014



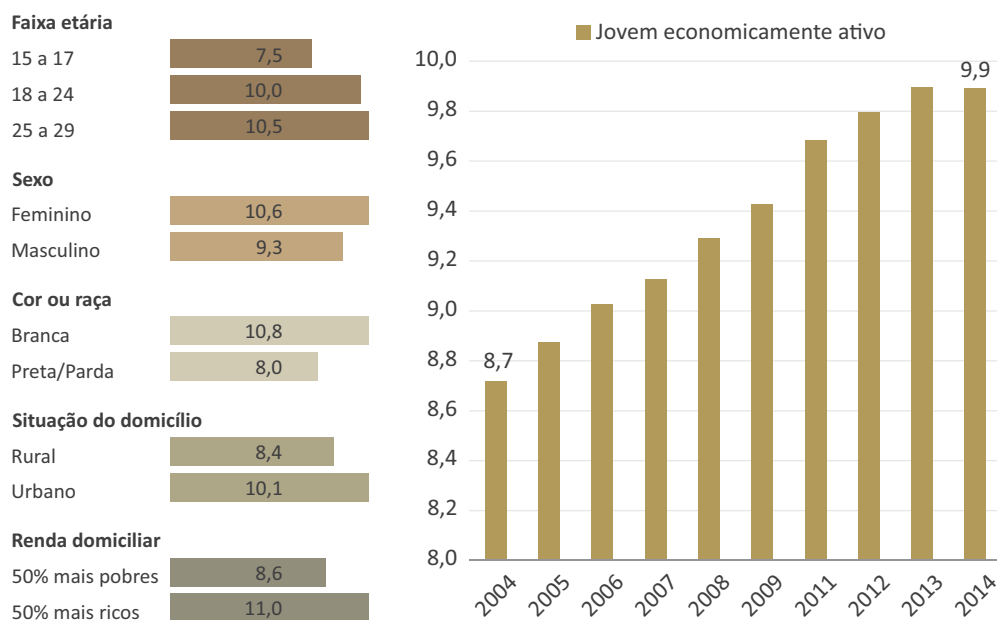
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

A escolaridade do jovem também exerce importante influência na decisão de participação dos jovens no mercado de trabalho, sendo a inserção da juventude capixaba na PEA marcada por diferenças significativas quanto à educação formal desses jovens. A escolaridade média dos jovens que estavam no mercado de trabalho, em 2014, no Espírito Santo, somou 9,9 anos de estudo, pouco superior à escolaridade média da população jovem (9,6). Na última década, a escolaridade média dos jovens ativos apresentou crescimento, saindo de 8,7 anos de estudo, em 2004, para 9,9, em 2014, demonstrando que os jovens têm feito um maior investimento em educação (Gráfico 10).

Apesar do aumento da escolaridade, a baixa qualificação dos jovens no mercado de trabalho ainda é evidente, mostrando que os jovens ativos não tinham, em média, completado ainda o ensino médio, ou seja, onze anos ou mais de estudo, grau de escolaridade compatível para os indivíduos dessa faixa etária. Por faixa etária, isso fica ainda mais visível, uma vez que os jovens de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos presentes no mercado de trabalho possuíam em média 10,0 e 10,5 anos de estudo, respectivamente, apesar de já possuir idade compatível com nível médio completo. Há desigualdades expressivas também em termos de escolaridade por faixa de renda, raça ou cor, situação do domicílio e sexo, sendo os jovens do sexo feminino, da cor branca, do meio urbano e mais ricos os com maior média de anos de estudo, corroborando a maior participação desses no mercado de trabalho.

Gráfico 10 - Escolaridade média dos jovens economicamente ativos por faixa etária, sexo, cor ou raça, situação de domicílio e de renda domiciliar em 2014 e Evolução da escolaridade média de 2004 a 2014 (em anos de estudo) – Espírito Santo

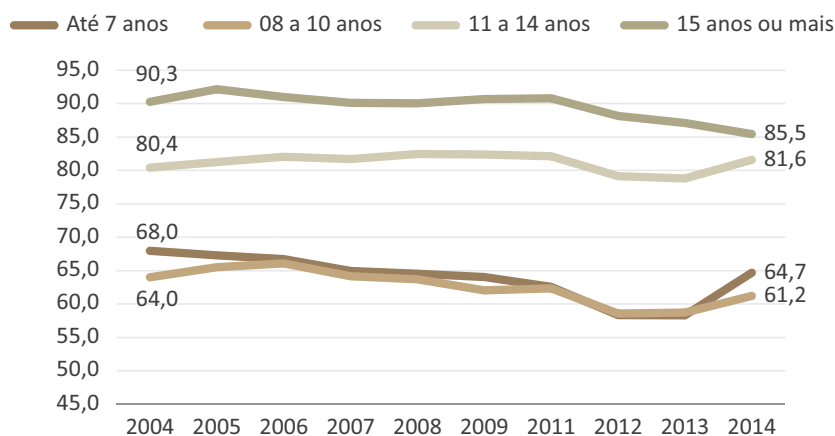


Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

A taxa de participação no mercado de trabalho, por sua vez, é maior para os jovens com maior escolaridade. Dentre os jovens com 15 anos ou mais de estudo, 85,5% participavam do mercado de trabalho, enquanto para os jovens com até 7 anos de estudo essa participação era de 64,7%. Em 2014, com exceção dos mais escolarizados, observa-se uma mudança no comportamento da taxa de atividade para os jovens menos escolarizados, mostrando o ingresso mais acentuado desses no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, tem-se uma tendência de queda na participação dos jovens mais escolarizados, o que sugere uma piora no perfil dos jovens no mercado de trabalho, na medida que se tem uma presença maior de jovens com baixa qualificação ou formação incompatível, ocupados ou à procura de emprego.

Gráfico 11 - Taxa de atividade jovem por anos de estudo (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014



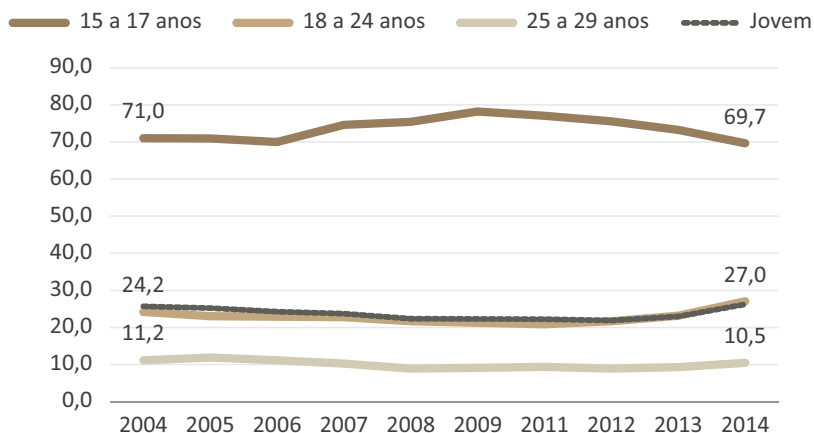
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

No que diz respeito à conciliação entre estudo e participação no mercado de trabalho, o gráfico 12 apresenta a proporção de jovens na PEA que estudavam, e conforme se pode observar, dentre os jovens que estavam na força de trabalho, em 2014, aproximadamente 3 a cada 10 (26,2%) buscavam participar do mercado de trabalho conciliando com estudo, isto quer dizer que 73,8% dos jovens não estudavam. Quando analisados por faixa etária, verifica-se que a participação dos que estudavam é menor para os jovens de 25 a 29 anos (10,5%). Tendo em vista a baixa escolaridade do jovem, mostrada anteriormente, a alta proporção de jovens de 18 a 29 anos que não estudavam indica uma faceta preocupante do ingresso de jovens no mercado de trabalho, que é o afastamento dos estudos principalmente entre os jovens que não completaram o ensino médio. Isso acontece, pois, o mercado de trabalho vai se tornando mais atrativo, o que acaba levando a um maior custo do estudo (SILVA e KASSOUF, 2002).

Além disso, mesmo com a possibilidade de conclusão do ensino médio pelos jovens de 17 anos, deve-se ressaltar a parcela dos jovens que não estudavam entre os mais novos e que estavam participando do mercado de trabalho, uma vez que tais jovens deveriam necessariamente frequentar a escola, pois a Constituição Federal determina que é obrigatório o ensino para a faixa etária de 4 a 17 anos (PEREIRA, ROCHA e GOMES, 2015). Nos últimos anos da série 2004-2014, após apresentar crescimento, verifica-se novamente uma tendência de queda na proporção de jovens de 15 a 17 anos presentes no mercado de trabalho e que estudavam, o que gera preocupação pois podem estar associados ao afastamento dos estudos em favor da dedicação integral ao mercado de trabalho (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Proporção de jovens na PEA que estudavam por faixa etária (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014

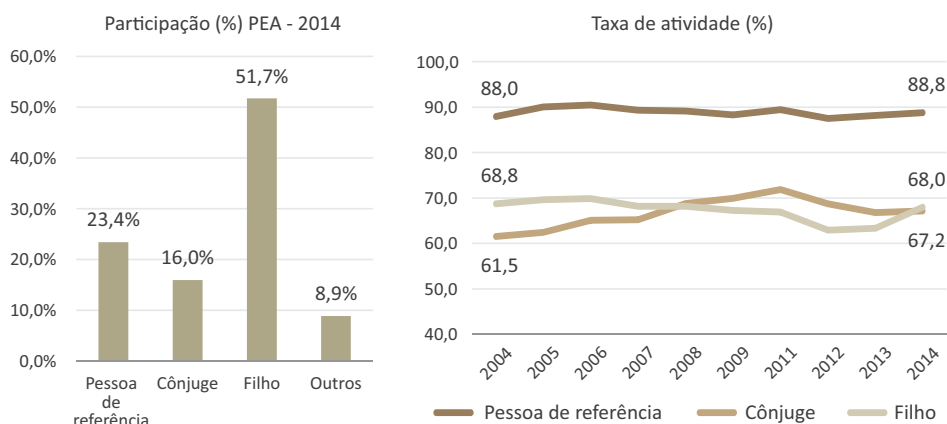


Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

Por fim, tem-se que mais da metade dos jovens que estavam no mercado de trabalho eram filhos da pessoa de referência (51,7%). Em seguida, apareciam os jovens como pessoa de referência (23,4%) e cônjuge (16,0%). A taxa de participação no mercado de trabalho, por sua vez, é maior entre as jovens que são os responsáveis pelo domicílio, com 88,8% participando do mercado de trabalho. O aumento na participação dos jovens no mercado de trabalho, contudo, se deu sobretudo por causa do aumento da participação dos filhos que após apresentar tendência de queda até 2013 voltou a crescer em 2014, chegando a valores bem próximos aos de 2004, mostrando que os filhos estão em maior número a pressionar o mercado de trabalho (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Participação (%) da população economicamente ativa em 2014 e evolução da taxa de atividade de 2004 a 2014 por posição no domicílio – Espírito Santo



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

Em resumo, da análise realizada nessa seção, tem-se evidente que a juventude capixaba vem significativamente tentando participar do mercado de trabalho. Porém, essa participação se dá de maneira distintas para os diversos grupos de jovens, sendo maior para os jovens de 25 a 29 anos, homens, de cor branca, residentes no meio urbano, mais escolarizados e de maior rendimento domiciliar per capita. Em 2014, contudo, observa-se um aumento da pressão do jovem sobre o mercado de trabalho, revertendo a tendência de queda observada nos últimos anos, inclusive com acréscimo da taxa de participação em relação ao início da série. Esse maior ingresso na força de trabalho jovem foi puxado, principalmente, pela entrada de jovens de 15 a 17 anos, sexo masculino, da cor ou raça branca, residente no meio urbano, filhos, com renda domiciliar per capita mais baixa e com mais baixa escolaridade, sugerindo que a alta taxa de participação no mercado de trabalho em 2014 pode estar atrelada a uma busca maior de apoio a unidade familiar e em detrimento da educação.

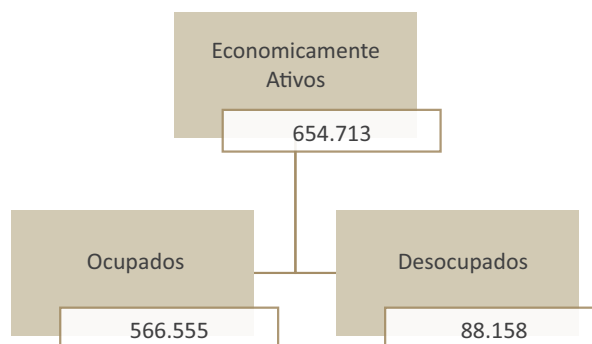
Diante disso, e observando que as relações com o mercado de trabalho e a inserção nesse mercado podem dar-se de maneira distinta para jovens com características pessoais específicas, a próxima seção apresentará os padrões de inserção diferenciados no mercado de trabalho em função da idade, sexo, raça, condição econômica da família, etc.



Foto: Eugênio Herkenhoff – Acervo IJSN.

A alta taxa de atividade do jovem capixaba mostra a acentuada participação do jovem no mercado de trabalho no Espírito Santo. Conforme já ressaltado anteriormente, estão participando efetivamente do mercado e trabalho as pessoas que estão ocupadas ou estão à procura de uma ocupação. De acordo com a PNAD, por pessoas ocupadas entende-se aquelas pessoas que tinham trabalho na semana de referência, durante todo ou parte desse período, incluídas aquelas pessoas que não exerceram o trabalho remunerado por motivo de férias, licença, greve etc. As pessoas desocupadas, por outro lado, referem-se àquelas pessoas que sem trabalho tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

Figura 3 - Jovens economicamente ativos por condição na ocupação – Espírito Santo – 2014



Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

A maioria dos jovens capixabas encontravam-se ocupados em 2014, somando 566,5 mil jovens. Em consequência o nível de ocupação, que mede a proporção de jovens ocupados, alcançou em 2014 o valor de 62,6%, mostrando que absorção do jovem pelo mercado de trabalho no Estado é mais alta do que a do Brasil (57,5%) e do Sudeste (59,1%). Na comparação com os “não jovens”, por outro lado, o nível de ocupação é menor, sendo o dos “não jovens” de 65,7%³.

Tabela 3 - Pessoas ocupadas e desocupadas por corte etário – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014

Rótulos de Linha	Brasil	Sudeste	Espírito Santo
Ocupados			
Jovem	28.169.603	11.656.880	566.555
Não Jovem	70.450.919	30.662.408	1.415.824
Desocupados			
Jovem	4.410.673	1.955.733	88.158
Não Jovem	2.843.528	1.393.626	49.959

Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Em contrapartida, estavam desocupados ou à procura de uma ocupação 88,1 mil jovens (Tabela 3). Os jovens desocupados somaram praticamente o dobro daqueles “não jovens” (aproximadamente 50 mil pessoas), isto quer dizer que 6 a cada 10 desocupados no Estado eram jovens. Em decorrência da alta participa-

³ Os indicadores de nível de ocupação e taxa de desocupação serão apresentados e analisados em detalhe nas seções seguintes.

ção dos jovens dentre aqueles desocupados, a taxa de desocupação, que mede a proporção de jovens desocupados dentre aqueles presentes no mercado de trabalho, foi estimada em 13,5%. Tal estimativa foi bastante superior à dos “não jovens” (3,4%), com mais de 10 pontos percentuais de diferença, demonstrando a dificuldade de acesso do jovem ao mercado de trabalho. Essa dificuldade de inserção no mercado de trabalho também é uma realidade para o Brasil e Sudeste que apresentaram altas taxas de desocupação juvenil de 13,5% e 14,4%, respectivamente.

A dificuldade de inserção ocupacional dos jovens, entretanto, não se restringe apenas às suas elevadas taxas de desocupação, é preciso considerar questões relativas às condições de trabalho e salário dos jovens ocupados. Diversos autores apontam que quando os jovens conseguem uma ocupação esta geralmente é instável, precária, de baixa qualidade, mal remunerada e com grande incidência no mercado informal (OIT, 2012).

Tais dificuldades de inserção e a desvantagem relativa dos jovens em relação aos adultos na sua relação com o mercado de trabalho é agravada pela heterogeneidade desse grupo etário. Como a juventude é diversa e imersa em diversos cenários, os jovens são afetados de forma diferente pela falta de oportunidade de emprego e pela precariedade da inserção no mercado de trabalho. E é justamente esse o foco desta seção. Entender a dinâmica do mercado de trabalho relacionado ao jovem, tendo em vista o perfil da ocupação e a inserção ocupacional no Espírito Santo.

I. DESOCUPAÇÃO

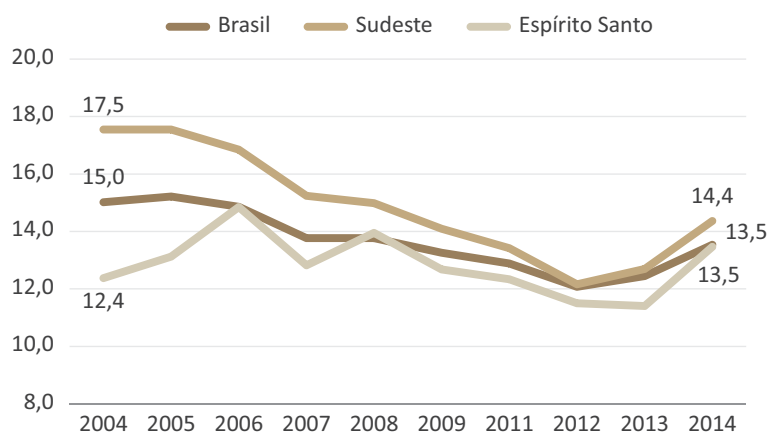
A desocupação pode ser entendida como a falta de capacidade de uma economia em prover ocupação produtiva para todos aqueles que a desejam, e como tal, vem sendo objeto de preocupação crescente, principalmente entre os jovens (FLORI, 2005).

Além de representar um desperdício de potenciais recursos humanos e talentos, vitais para o rejuvenescimento da mão de obra, a falta de inserção produtiva dos jovens é vista por muitos como um grave problema social, uma vez que o desemprego gera exclusão social que, por sua vez, dá origem a uma forte dependência da assistência social, leva ao crime e a comportamentos antissociais, e torna as sociedades mais vulneráveis à desordem civil e agitação política (OIT, 2012).

Conforme já ressaltado anteriormente, o número de jovens desocupados foi de 88,1 mil em 2014 no Espírito Santo. A taxa de desocupação, por sua vez, alcan-

çou 13,5% dos jovens capixabas que se encontravam no mercado de trabalho. No Espírito Santo, na última década, houve uma tendência de redução da desocupação entre os jovens, principalmente na segunda metade da década, tendência essa também verificada para o Brasil e o Sudeste. Em 2014, porém, a taxa de desocupação voltou a crescer em todas as unidades geográficas. No Espírito Santo, esse desempenho acabou revertendo os bons resultados conquistados ao longo dos últimos anos, alcançando valores superiores ao início da série em 2004 (12,4%) e mostrando uma deterioração no desempenho do mercado do trabalho pelo lado do desemprego na comparação com o início da década (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Taxa de desocupação jovem (%) – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014



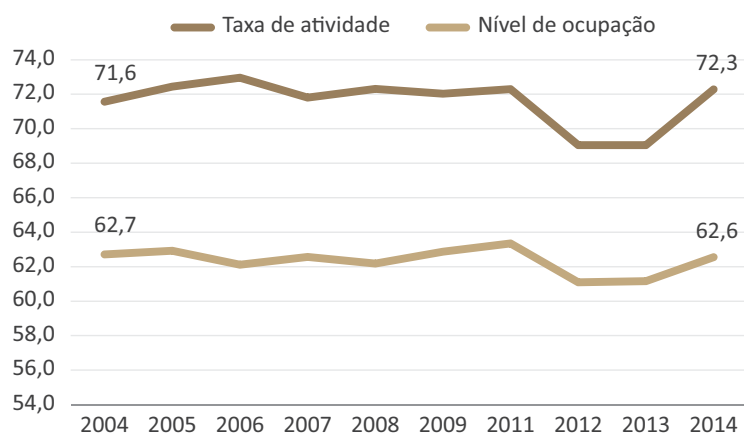
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

A reversão na tendência de redução da taxa de desocupação entre os jovens em 2014 e o aumento relativo na comparação com o início da década no Espírito Santo podem ser explicados pela insuficiência do mercado de trabalho em gerar ocupações para absorver a expansão da oferta de trabalho deste segmento populacional. O gráfico 15 mostra o comportamento da taxa de atividade e do nível de ocupação na última década e fornece um panorama de como o aumento da oferta de trabalho significou mais desocupação para os jovens no último ano da série analisada. Os dados mostram que embora tenha havido geração de ocupação em 2014, essa não foi suficiente para absorver a expansão da oferta de trabalho, expressa pela taxa de participação, resultando no aumento da desocupação ressaltado anteriormente. Esse também é o motivo de crescimento da desocupação no Brasil e Sudeste, porém no Sudeste além da maior pressão da oferta de trabalho houve também a perda de ocupações.

Naturalmente, o desempenho do mercado de trabalho depende fortemente das condições econômicas. No Brasil, o ano de 2014 se encerrou com um quadro de estagnação econômica combinada com pressões inflacionárias (IPEA, 2015). Embora o Espírito Santo tenha apresentado crescimento em 2014 (4,5%)⁴, esse concentrou-se na indústria extrativa, atividade que é reconhecidamente não intensiva em trabalho. Além disso, os setores de comércio e serviços, que são as atividades com maior número de ocupados, indicavam uma desaceleração em curso no estado, o que pode ter se traduzido em uma capacidade modesta de absorção de mão de obra.

Gráfico 15 - Taxa de atividade e nível de ocupação jovem (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

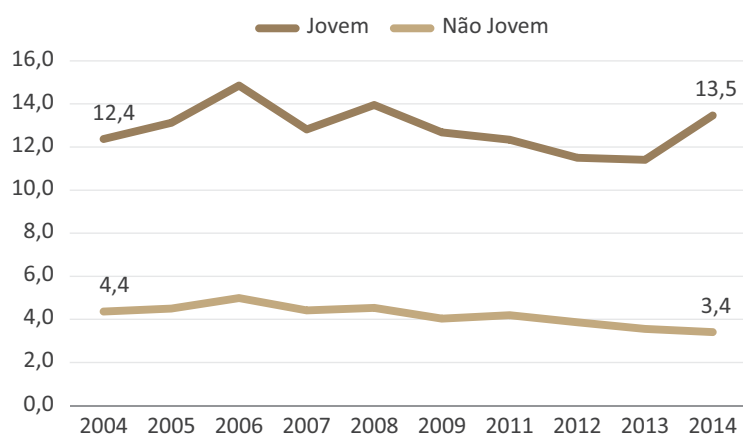
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

A taxa de desocupação dos “não jovens” permaneceu apresentando queda em 2014, alcançando o patamar mais baixo da década e aumentando o hiato entre os dois coortes etários (de 8,0 p.p. em 2001 para 10,1 p.p. em 2014) (Gráfico 16). Isso quer dizer que mesmo com o menor ingresso no mercado de trabalho, os “não jovens” foram mais absorvidos, indicando a maior inserção ocupacional desses frente aos jovens e a conseqüente maior dificuldade dos últimos em conseguir uma ocupação. Dentre os fatores elencado na literatura e que explicam o porquê de a desocupação ser mais alta para os jovens, estão as dificuldades, principalmente, de encontrar o primeiro emprego, da falta de experiência e da alta rotatividade dos jovens nos postos de trabalho pela dificuldade em se estabilizar em suas funções.

⁴ SANTOS e RIBEIRO (2016).

Além disso, a comparação de desocupação entre jovens e “não jovens” em um ambiente de desaceleração econômica, ressalta como os jovens são mais atingidos pelo desemprego. Flori (2005) destaca que a taxa de desemprego juvenil tradicionalmente tem sido mais alta do que a de “não jovens” e completa que mesmo em períodos que apresentam crescimento econômico e queda dos níveis de desocupação global, o juvenil não diminui, pelo menos na mesma proporção. Constanzi (2009), aponta os seguintes fatores para explicar essa dinâmica: (i) pelo lado da oferta, o menor custo de oportunidade dos jovens que os adultos de abandonar seus empregos, pois os primeiros tendem a ter menores salários e, em geral, menor probabilidade de ter que manter uma família. (ii) pelo lado da demanda, os empregadores teriam uma maior probabilidade, em período de retração, de demitir os jovens, pois os custos comparativos dessas dispensas seriam menores, já que os investimentos realizados pelas empresas na sua qualificação e treinamento tendem a ser inferiores, bem como pela menor probabilidade dos jovens estarem sujeitos à proteção da legislação trabalhista.

Gráfico 16 - Taxa de desocupação jovem e “não jovem” (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

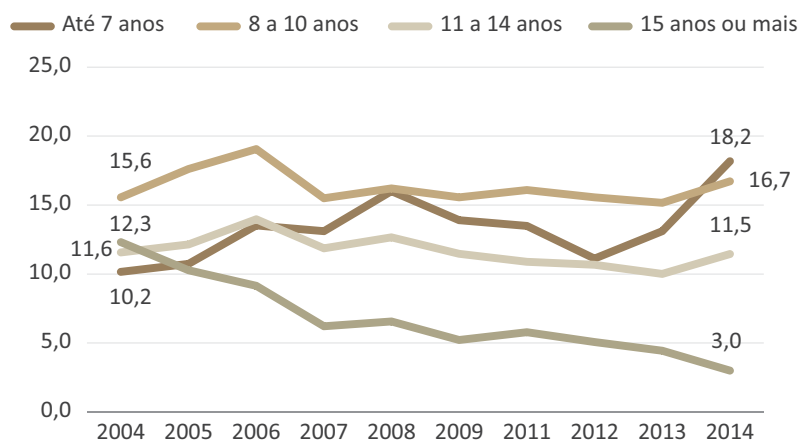
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

O nível de escolaridade é fundamental e intrinsecamente relacionado à inserção ocupacional do jovem, sendo apontado por diversos autores como a variável mais importante tanto para as chances de inserção quanto para uma melhor colocação (GUIMARÃES e ALMEIDA, 2013). Como os empregadores frequentemente não possuem informação acerca das pessoas que estão na busca por uma ocupação e os jovens possuem pequena experiência profissional, ganha relativamente importância o nível de escolaridade do jovem, pois funcionam como sinalizadores da produtividade do trabalhador. Além disso, o nível de escolaridade diminui também as possibilidades do jovem exercer outras ocupações alternativas ao emprego, tal como empreendedores e conta própria.

A escolaridade média dos jovens desocupados, em 2014, no Espírito Santo era de 8,9 anos de estudo, valor inferior ao encontrado para os jovens que estão no mercado de trabalho (9,9), indicando uma maior escolaridade média dos jovens ocupados em relação aos desocupados. A taxa de desocupação, por sua vez, é maior para os jovens menos qualificados. Enquanto os jovens com maior nível de escolaridade tinham uma taxa de desocupação estimada em apenas 3,0%, ainda que a participação desses no mercado de trabalho fosse de 85,5%, os jovens com menos de 7 anos de estudo tinham taxa de desocupação estimada em 18,2%, mesmo com menor taxa de participação (Gráfico 17). Esse resultado, além de ressaltar como a inserção ocupacional é maior para os jovens mais escolarizados, resalta a grande vulnerabilidade dos jovens menos escolarizados ao desemprego.

O crescimento da taxa de desocupação em 2014 atingiu mais fortemente os jovens com menos de 7 anos de estudo, evidenciando a incapacidade relativa de absorção da expansão da oferta de trabalho desse grupo populacional. Além disso, entre aqueles com mais de 15 anos de estudo, a desocupação manteve a tendência de queda, sugerindo uma demanda maior por trabalhadores mais qualificados em um ambiente de aumento de oferta de trabalho.

Gráfico 17 - Taxa de desocupação jovem por anos de estudo (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014



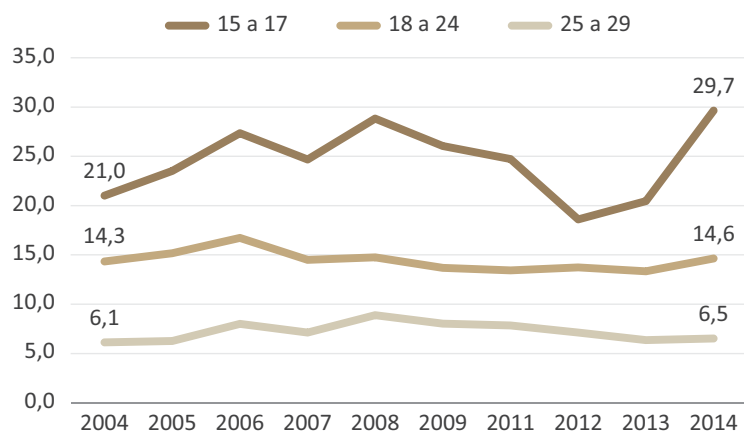
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Outro componente que pode influenciar na alta taxa de desocupação dos jovens é a desigualdade que percorre todas as dimensões da estrutura social, como a idade, gênero, cor ou raça e situação de domicílio, que se reflete de modo mais evidente na população jovem e que faz com que alguns jovens se mostrem mais vulneráveis ao desemprego do que outros.

Esse é o caso dos mais jovens (15 a 17 anos) que tiveram taxa de desocupação estimada em 29,7%. Em seguida aparece a faixa de 18 a 24 anos (14,6%) e 25 a 29 anos (6,5%). Esse resultado mostra a redução da taxa de desocupação conforme a idade avança, o que sugere que a experiência tem sido um fator preponderante para a ocupação. A reversão na tendência de queda da taxa de desocupação entre os jovens, em 2014, foi puxada principalmente pelo aumento da taxa de desocupação da faixa etária de 15 a 17 anos e 18 a 24 anos decorrente da maior pressão exercida por esses grupos etários sobre o mercado de trabalho. Um dos fatores que ajudam a explicar esse resultado, conforme citado anteriormente, diz respeito à falta de experiência profissional. Além disso, em um ambiente de maior pressão sobre o mercado de trabalho decorrente do crescimento da oferta de trabalho e uma geração menor de ocupações, é de se esperar que a demanda por trabalho seja mais seletiva e não absorva os mais jovens, sobretudo aqueles de 15 a 17 anos, que estão muitas vezes a procura do primeiro emprego, possuem uma formação incompleta⁵ e regras mais rígidas de inserção ocupacional (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Taxa de desocupação jovem por faixa etária – Espírito Santo – 2004 a 2014 (%)



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

No caso das mulheres jovens, a maior vulnerabilidade ao desemprego em relação aos homens fica evidente já na proporção dentre os desocupados, sendo elas a maioria (55,3%), apresentando em 2014 taxa de desocupação de 17,6%. Mesmo com uma menor participação no mercado de trabalho e maior escolarida-

⁵ A escolaridade média dos jovens foi estimada em 7,5 anos de estudo para os de 15 a 17 anos e 10,1 para os de 18 a 24 anos.

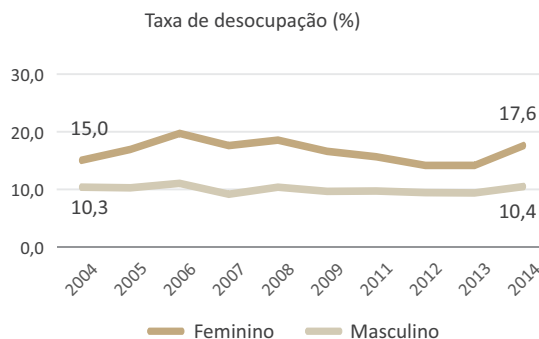
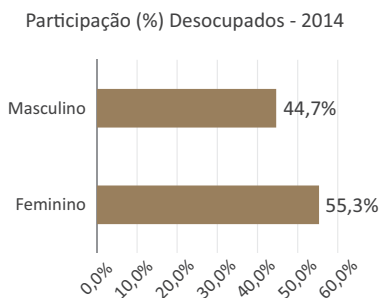
de, a desocupação feminina é mais de 7 pontos percentuais superior à masculina (10,4%). Em 2014, com o crescimento na desocupação, a desvantagem das mulheres jovens ficou mais acentuada, mesmo com o aumento do desemprego entre os homens, mostrando que no período mais recente a expansão da desocupação voltou a atingir mais fortemente as mulheres do que os homens, indicando a maior vulnerabilidade das mulheres em relação ao desemprego e sua menor inserção ocupacional (Gráfico 19).

Os jovens pretos/pardos também sofrem mais com o desemprego. São esses jovens que possuem maior taxa de desocupação, 14,7% contra 11,2% dos jovens brancos, ainda que sua taxa de participação no mercado de trabalho seja relativamente próxima ao dos brancos, mostrando a maior vulnerabilidade desses ao desemprego (Gráfico 19). Nos últimos dez anos, o padrão de menor inserção ocupacional via desemprego permanece o mesmo em toda a série, mesmo com o maior ingresso de jovens brancos no mercado de trabalho em 2014, mostrando a maior absorção dos brancos pelo mercado de trabalho.

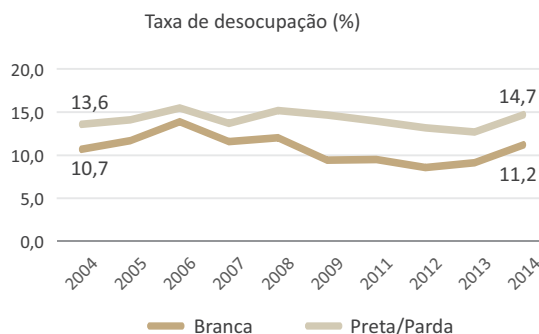
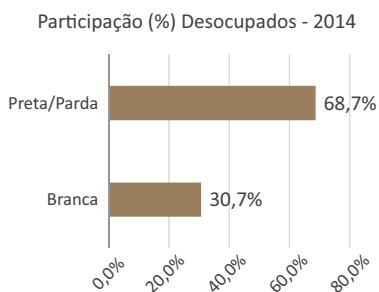
Essa desigualdade em termos de desocupação ainda é observada para os jovens urbanos que são responsáveis por 98% dos desocupados e tiveram taxa de desocupação estimada em 15,3%. Esse resultado foi bem superior à dos jovens que vivem no meio rural, de apenas 1,9%, uma diferença de 13,4 pontos percentuais, mostrando a grande vulnerabilidade dos jovens urbanos ao desemprego (Gráfico 19). Foi justamente o desemprego nos meios urbanos que puxou a reversão de tendência de queda na desocupação jovem no Espírito Santo, com um crescimento substancial em 2014, já alcançando valores superiores ao do início da década. Esse aumento da desocupação entre os jovens urbanos se explica principalmente pela maior participação desses no mercado de trabalho, com a taxa de atividade passando pela primeira vez nos últimos 10 anos a taxa de atividades dos jovens rurais. Tal resultado indica que o ingresso desses jovens significou, principalmente, desocupação para os jovens urbanos, mesmo com uma maior escolaridade média (8,5 contra 5,7 entre os desocupados). A desocupação no meio rural, por outro lado, continuou a apresentar tendência de queda, chegando ao nível mais baixo da década.

Gráfico 19 - Participação (%) pessoas desocupadas em 2014 e evolução da taxa de desocupação (%) de 2004 a 2014 por sexo, cor ou raça e situação do domicílio – Espírito Santo

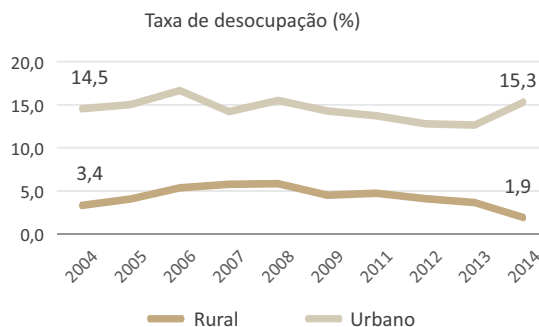
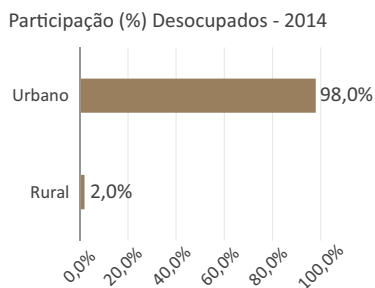
Sexo



Cor ou Raça



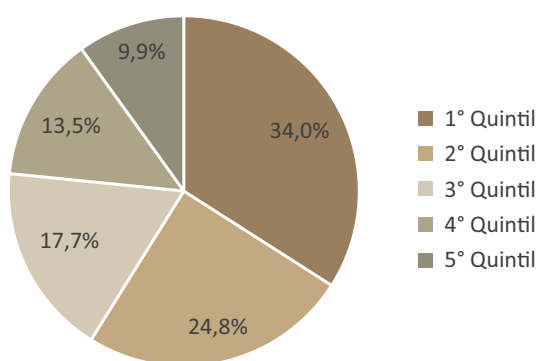
Situação Domicílio



Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

As condições socioeconômicas das famílias também se apresentam como um fator de desigualdade de inserção ocupacional entre os jovens. Os jovens mais pobres são maioria entre os desocupados, somando quase 60% dos jovens nos domicílios 40% mais pobres (Gráfico 20). Diferentemente da proporção entre os jovens economicamente ativos, que eram em sua maioria de famílias com maior poder aquisitivo, esse resultado ressalta como a pobreza pode estar relacionada a uma baixa inserção ocupacional.

Gráfico 20 - Participação (%) pessoas desocupadas jovens por quintil de renda domiciliar per capita – Espírito Santo – 2014*



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

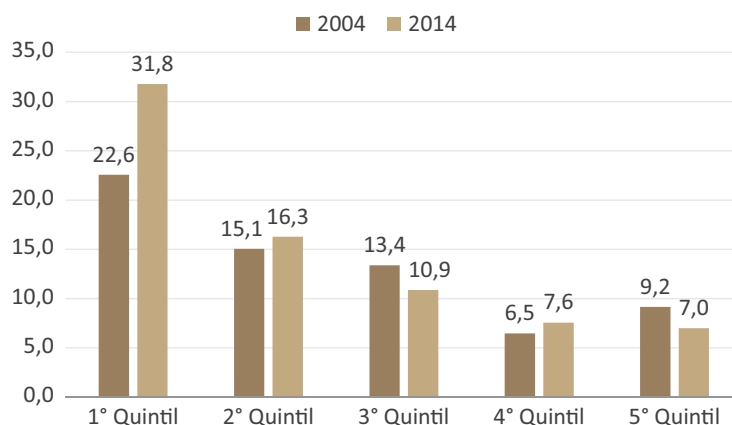
*Excluídos os jovens de domicílios sem declaração do valor do rendimento.

São os jovens mais pobres que possuíam as maiores taxas de desocupação, mesmo diante de menores taxas de participação no mercado de trabalho. O gráfico 21 apresenta a taxa de desocupação por quintil de renda domiciliar per capita do jovem. Por meio dele, é possível observar que enquanto para os jovens dos domicílios 20% mais pobres no estado a desocupação dos jovens alcança o valor de 31,8%, para os jovens dos domicílios 20% mais ricos esse indicador cai para apenas 7,0%.

Esse resultado aponta para difícil inserção no mercado de trabalho dos mais pobres. Tal como ressaltado por DIEESE (2005), isso demonstra que níveis de renda familiar mais altos permitem melhor condição de acesso ao mercado de trabalho, na medida em que os jovens pertencentes a estas famílias podem se preparar mais para disputar as vagas oferecidas, o que aumenta as chances de uma busca por trabalho bem-sucedida. Os dados de escolaridade média dos jovens confirmam essa realidade, sendo a escolaridade média dos jovens maior para aqueles de renda domiciliar per capita maior. Enquanto os jovens de domicílios 20% mais pobres possuem em média 7,5 anos de estudo, os jovens de domicílios 20% mais ricos possuem em média 11,6 anos de estudos.

A alta taxa de procura de trabalho aliada à baixa escolaridade dos mais pobres dá indicativos de porque a inatividade nesse segmento populacional pode ser tão alta, uma vez que é grande a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, que faz com que o jovem deixe de procurar uma ocupação.

Gráfico 21 - Taxa de desocupação jovem (%) por quintil de renda domiciliar per capita – Espírito Santo – 2004 e 2014



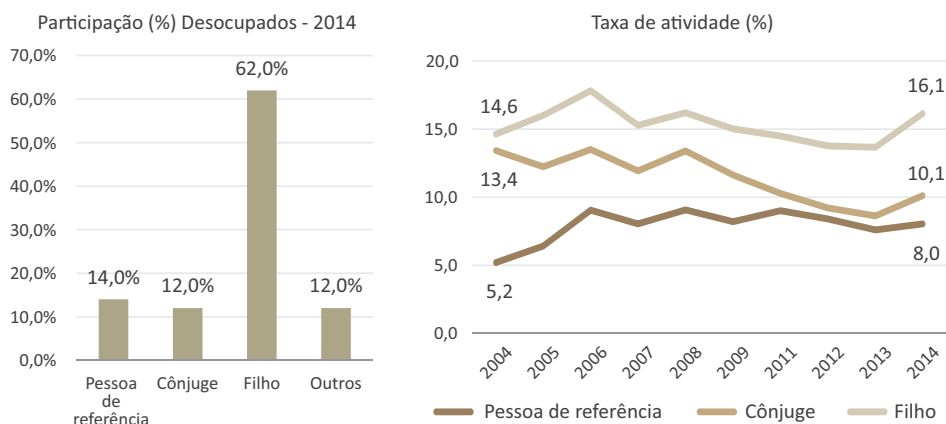
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

Na última década, observa-se o crescimento da taxa de desocupação entre jovens pertencentes aos domicílios 20% mais pobres, tendo piorado a inserção desses jovens no mercado de trabalho, via desocupação. Tal resultado tem consequências importantes, uma vez que há de certa maneira uma realimentação da pobreza entre esses jovens. Entre os 20% mais ricos, ao contrário, houve uma redução na desocupação, mostrando a maior inserção ocupacional desses jovens.

Aliado a isso, outro fator que chama atenção se refere à posição desse jovem no domicílio. A maior parte dos desocupados são filhos (62,0%), com uma taxa de desocupação estimada em 16,1% (Gráfico 22). O maior ingresso desses jovens no mercado de trabalho em 2014 se traduziu em maior desemprego, com um substancial crescimento da sua taxa de desocupação, valor inclusive superior ao início da década (14,6%), indicando a menor absorção desses jovens no mercado de trabalho. Os responsáveis pelo domicílio também foram afetados pelo aumento da desocupação em 2014, porém esse crescimento não foi suficiente para reverter totalmente a queda na desocupação conquistada nos últimos anos entre esses jovens. Salienta-se que, a incidência da desocupação é ainda mais grave neste grupo por serem, em geral, os principais responsáveis pela provisão de recursos para o orçamento familiar.

Gráfico 22 - Participação (%) pessoas desocupadas em 2014 e evolução da Taxa de desocupação de 2004 a 2014 (%) por posição no domicílio – Espírito Santo



Fonte: PNAD – IBGE.

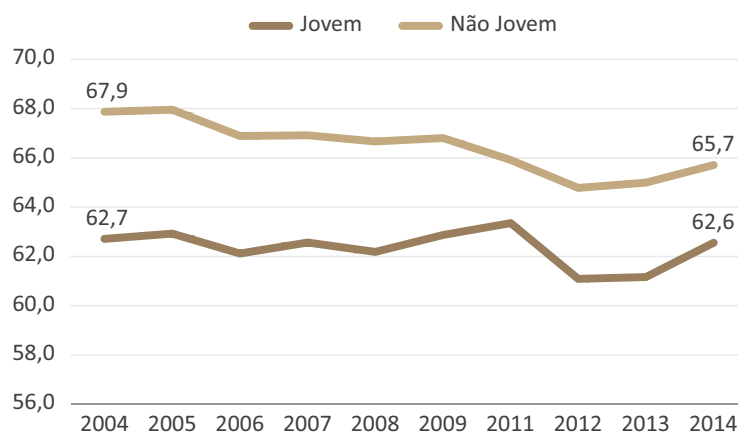
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

II. OCUPAÇÃO

A população jovem é um fator positivo para o desenvolvimento econômico e social, sendo considerada um enorme ativo para a inovação e criatividade nas economias e sociedades. Contudo, para que se realize totalmente este potencial e capitalize o dividendo da juventude, é necessário que os jovens tenham um trabalho produtivo e estejam integrados na sociedade (OIT, 2012).

No Espírito Santo, o número de jovens ocupados, conforme ressaltado anteriormente, totalizou 566,5 mil pessoas em 2014, isto é, 62,6% do total de jovens tinham uma ocupação em 2014. Do diagnóstico apresentado nas seções anteriores, tem-se perceptível que os jovens enfrentam maior dificuldade para conseguir uma ocupação do que os “não jovens”. Apesar da alta taxa de participação no mercado de trabalho, os jovens possuem alta taxa de desocupação, que somados aos inativos, geram uma menor inserção ocupacional comparativamente aos “não jovens”. O gráfico 23 resume e confirma essa menor inserção ocupacional dos jovens tendo em vista o indicador de nível de ocupação, que mede a proporção de jovens que estavam ocupados, mesmo com o grupo dos “não jovens” levando em consideração os idosos, que possuem alta taxa de inatividade.

Gráfico 23 - Nível de ocupação jovem e “não jovem” (%) – Espírito Santo – 2004 a 2014

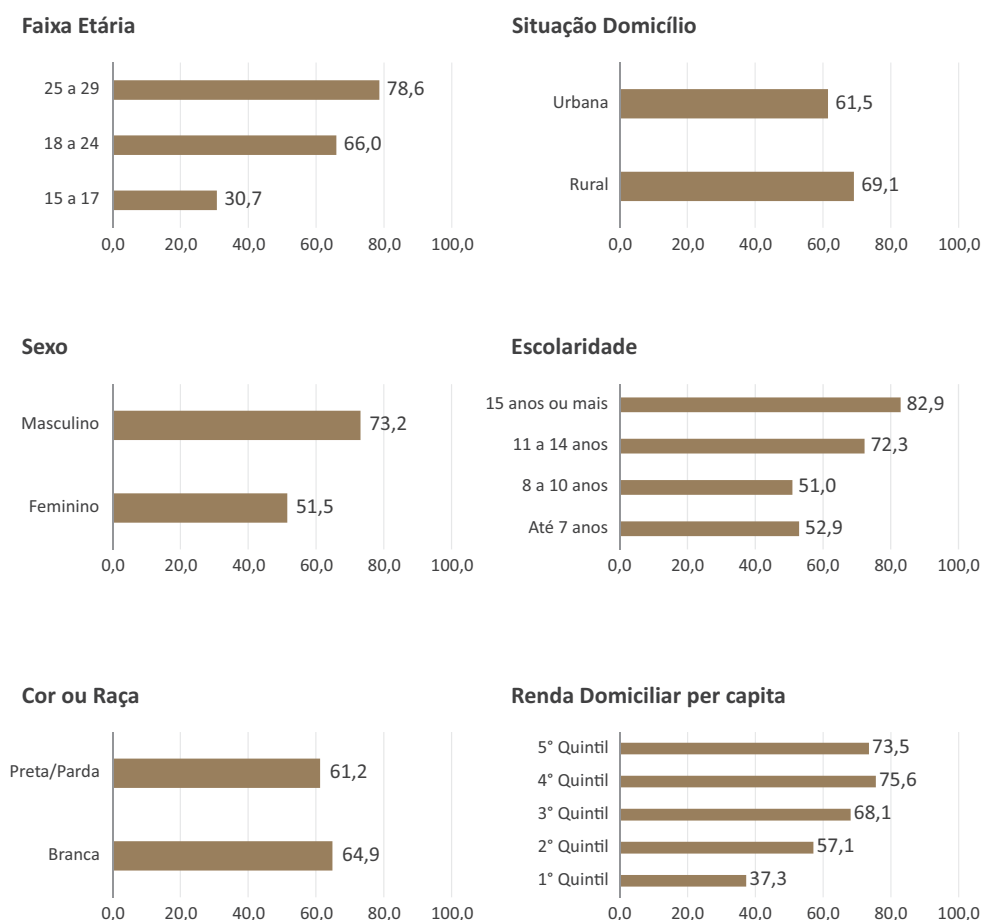


Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

No interior do grupo juvenil, as diferenças de inserção ocupacional também são visíveis. Os jovens de 15 a 17 anos, de baixa escolaridade, mulheres, de mais baixa renda e de regiões urbanas, além de possuírem maiores taxas de inatividade também se apresentam mais vulneráveis ao desemprego, possuindo altas taxas de desocupação e uma maior dificuldade de inserção ocupacional. Também são esses grupos que vêm sentindo de maneira mais significativa a piora no mercado de trabalho em 2014, com ampliação da taxa de desocupação em resposta ao aumento da oferta de trabalho jovem.

Gráfico 24 - Nível de ocupação jovem (%) por faixa etária, sexo, cor ou raça, situação do domicílio, escolaridade e quintil de renda domiciliar per capita – Espírito Santo – 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Todavia, a posição desfavorável dos jovens no mercado de trabalho pode não se refletir apenas nas altas taxas de desocupação e na sua dificuldade de inserção, já que uma vez ocupados, o perfil dos postos de trabalho encontrados pelos jovens pode se dar de maneira bem distinta ao dos “não jovens”, bem como por suas características pessoais. Dessa forma, o objetivo dessa subseção é justamente analisar as principais características dos postos de trabalho ocupados por esse grupo etário.

a. Posição na ocupação

Uma das principais perspectivas de análise da inserção ocupacional é por meio da posição na ocupação. Ela informa as principais formas de vínculo do trabalhador, quais sejam: Empregado, Trabalhador doméstico, trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores não remunerados e trabalhador para próprio consumo. Essa forma de inserção merece atenção especial, pois, na maioria das vezes, a natureza do vínculo está associada à qualidade do posto de trabalho em questão (RAMOS, 2007).

Dentre os 566,5 mil jovens ocupados, a maior parte era empregado⁶ totalizando 436,1 mil jovens ocupados nessa posição, o correspondente a 79,6% do total. Por empregado entende-se a relação entre empregado e empregador, seja pessoa física ou jurídica, ou a relação de prestação de serviço doméstico para unidade domiciliar. A participação dos empregados no Espírito Santo é pouco inferior à do Brasil (81,2%) e do Sudeste (86,6%) (Tabela 4).

Os jovens conta própria apareciam em seguida com 11,0% do total de jovens ocupados, somando 62,3 mil jovens. O trabalho conta própria se refere à pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado. Tal participação é relativamente próxima às observados no Brasil e Sudeste, com 11,2% e 9,6%, respectivamente.

A diferença mais significativa do estado em relação ao Brasil e Sudeste, no entanto, diz respeito à participação dos jovens não remunerados que foi estimado em 2014 em 6,5%, totalizando mais de 37 mil jovens nessa posição. As ocupações sem remuneração, de acordo com a PNAD, compreendem a ocupação em ajuda a membro da unidade domiciliar, a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo ou como aprendiz ou estagiário. Na média do Brasil e Sudeste, por outro lado, a participação dos jovens nessa posição foi de 3,8% e 1,8%, respectivamente.

⁶ A fim de facilitar a abordagem, optou-se nesse estudo por trabalhar com empregados e trabalhadores domésticos unidos em uma única categoria que será a partir de agora chamado de Empregados, tendo em vista a relação similar dessas relações. A primeira refere-se ao trabalho para um empregador (seja pessoa física ou jurídica) e a segunda cujo trabalho é de prestação de serviço para unidade domiciliar. Em ambos os casos é possível a relação ser formalizada ou não pela carteira de trabalho assinada. Além disso, a participação dos ocupados como trabalhadores domésticos é pequena, girando em torno de aproximadamente 2%.

Tabela 4 - Participação (%) ocupados jovem por posição na ocupação – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014

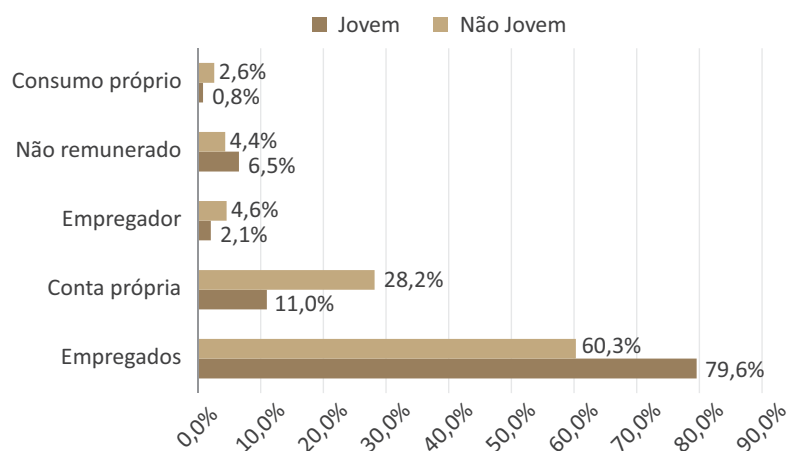
	Brasil	Sudeste	Espírito Santo
Empregados	77,5%	83,6%	77,0%
Trabalhador Doméstico	3,7%	2,9%	2,6%
Conta própria	11,2%	9,6%	11,0%
Empregador	1,2%	1,4%	2,1%
Não remunerado	3,8%	1,8%	6,5%
Consumo próprio	2,6%	0,7%	0,8%

Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Na comparação com os “não jovens”, observa-se que da mesma forma que entre os jovens a maior participação por posição na ocupação refere-se aos empregados. No entanto, enquanto os jovens apresentavam quase 8 empregados a cada 10 ocupados no Espírito Santo, os “não jovens” possuíam uma participação relativamente menor, contando com 60,3% dos ocupados nessa posição (Gráfico 25). A principal diferença entre jovens e “não jovens” estava na substancial participação dos “não jovens” entre os trabalhadores independentes, mostrando a maior dificuldade de os jovens se inserirem em ocupações diferentes das relacionadas à subordinação do seu trabalho a outrem e o menor peso do empreendedorismo entre os jovens, seja aquele mais estruturado, representado pelos empregadores, seja aquele que é utilizado, muitas vezes, como estratégia de sobrevivência, como é o caso de muitos dos que trabalham por conta própria (CONSTANZI, 2009).

Gráfico 25 - Participação (%) ocupados, jovem e “não jovem”, por posição na ocupação – Espírito Santo – 2014



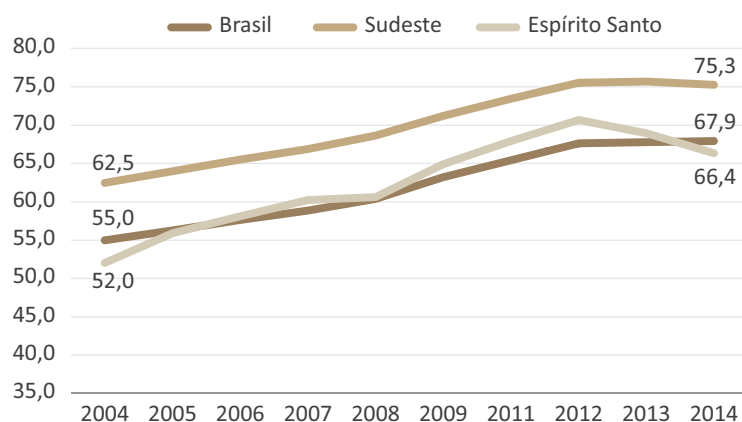
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

No que concerne à relação de emprego, o número de jovens empregados com carteira de trabalho assinada, isto é, com vínculo formal, somou no estado 299,1 mil, resultando em uma taxa de formalidade⁷ do emprego de 66,4%. Esses empregos são considerados de melhor qualidade, pois os empregados com carteira de trabalho assinada possuem acesso a uma série de direitos e garantias legais. A taxa de formalidade dos empregos no Brasil (67,9%) e Sudeste (75,3%) foram superiores à do Espírito Santo em 2014 (Gráfico 26).

Na última década, verifica-se um substancial crescimento na taxa de formalidade do emprego jovem no Estado, Brasil e Sudeste. No entanto, observa-se que a formalidade no estado que vinha se apresentando superior à média nacional, apresentou reversão em 2014, mostrando o aumento mais acentuado da informalidade no Espírito Santo. A informalidade é um fenômeno que se destaca por uma série de fatores. Na sua expressão mais direta, conforme ressaltado por Ramos (2007), o setor informal é encarado como gerador de empregos de baixa qualidade e remuneração, ineficiências e custos econômicos adicionais, constituindo uma distorção a ser combatida. A informalidade tem tamanho considerável entre os jovens, somando no Espírito Santo o total de 151,6 mil jovens.

Gráfico 26 - Taxa de formalidade do emprego jovem (%) – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

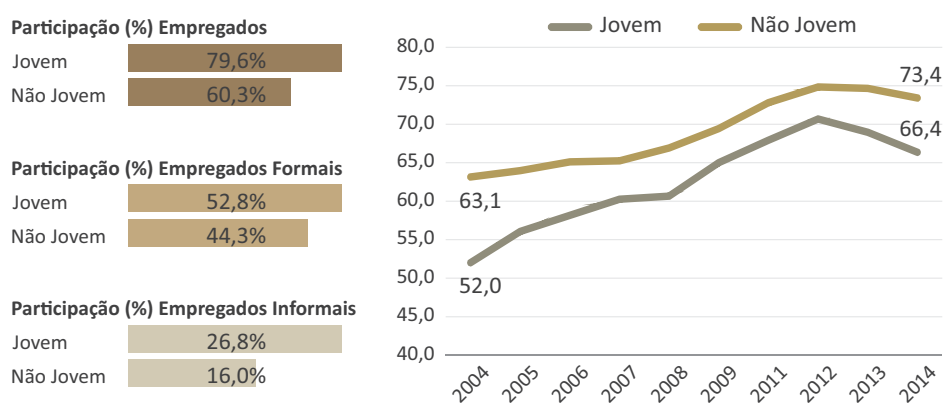
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

A formalidade apresentava-se bem superior para os “não jovens”, de 73,4% contra os 66,4% dos jovens, confirmando a maior incidência da informalidade para os jovens comparativamente ao “não jovens”. Na última década, ambas as

⁷ Taxa de formalidade ou formalização do emprego corresponde à proporção de empregados com carteira de trabalho assinada.

faixas etárias tiveram uma melhora substancial na formalização, com acréscimo de mais de 10 pontos percentuais (p.p.) para os “não jovens” e de 14,4 p.p. para os jovens, indicando uma melhor qualidade de emprego no Estado. Apesar dessa melhora, o diferencial de formalidade entre as faixas etárias que vinha apresentando redução ao longo da década, voltou a crescer, indicando que o aumento da informalidade do emprego em 2014 foi mais acentuado entre os jovens do que os “não jovens” (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Participação (%) dos empregados dentre os ocupados, formal e informal, em 2014 e evolução da taxa de formalidade (%) de 2004 a 2014 segundo faixa etária – Espírito Santo



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

A escolaridade, tal como ressaltado anteriormente, é fortemente relacionada à inserção ocupacional, sendo uma das variáveis mais importantes para a inserção em uma melhor ocupação. Além da maior vulnerabilidade ao desemprego os jovens menos escolarizados possuíam também menor taxa de formalidade. Para os jovens com 15 anos ou mais de estudo empregados, 76,9% estavam em empregos com carteira de trabalho assinado. Já para os jovens com até 7 anos de estudo, a taxa de formalização caía para menos da metade (48,7%) (gráfico 28).

Os jovens empregados de domicílios com baixa renda per capita, além da maior vulnerabilidade ao desemprego, enfrentam problemas também na sua inserção ocupacional estando mais suscetíveis à informalidade. Os jovens que pertenciam aos domicílios 20% mais pobres eram os que possuíam o menor grau de formalidade, com 48,4% dos jovens empregados com carteira de trabalho assinada. Já para os jovens dos domicílios 20% mais ricos, a taxa de formalidade subia para 73,8% dos empregados.

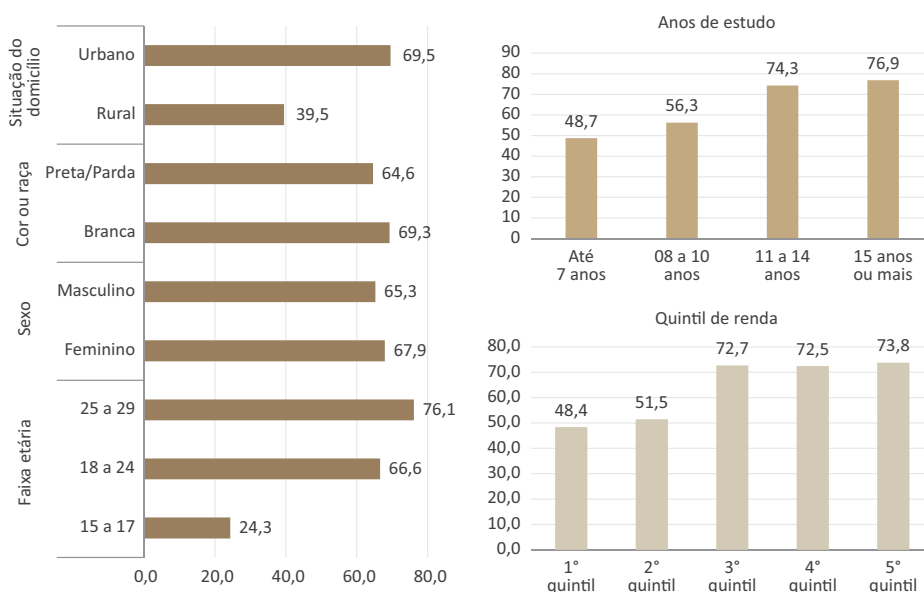
A formalidade do emprego se mostra ainda bastante diferenciada de acordo com o perfil dos jovens. No que diz respeito à faixa etária, como os postos que podem

ser ocupados por trabalhadores muito jovens são aqueles com menores exigências de qualificação e mais protegidos, isso se reflete na maior informalidade do emprego desses jovens. Assim, a baixa taxa de formalização dos jovens de 15 a 17 anos, estimada em 24,3%, contra 66,6% dos jovens de 18 a 24 anos e 76,1% de 25 a 29 anos, sugere que os mais novos trabalhavam fundamentalmente em situações de trabalho mais precários e não nas situações estabelecidas e protegidas em lei, tal como para os jovens de 15 anos que deveriam estar na condição de aprendiz, no qual é exigido a carteira de trabalho assinada.

As mulheres, por outro lado, apesar de serem mais vulneráveis ao desemprego, quando empregadas possuem uma taxa de formalidade pouco superior à dos homens no estado, de 67,9% contra 65,3%, respectivamente. Esse resultado só não é maior em função do baixo grau de formalidade das mulheres trabalhadoras domésticas (8,3%), o que sugere que a maior formalidade feminina pode estar relacionada a maior escolaridade da mulher (10,9 anos de estudo) em relação ao homem (9,4 anos de estudo).

Já para os jovens do meio rural, ao contrário, apesar de apresentarem taxas de desocupação baixíssimas, são predominantemente empregados sem carteira de trabalho assinada, indicando um alto nível de informalidade entre tais jovens, que pode ter a ver com o mercado de trabalho dessa região, o qual tem um número significativamente maior de empregados em baixa produtividade e sazonalidade.

Gráfico 28 - Taxa de formalidade do emprego (%) por faixa etária, sexo, cor ou raça, situação do domicílio, escolaridade e quintil de renda domiciliar per capita – Espírito Santo – 2014



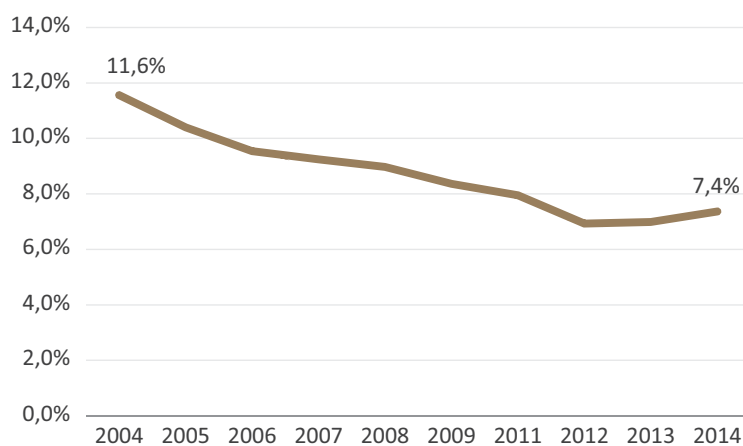
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Para além da carteira de trabalho assinada, a noção de informalidade e precariedade do trabalho definida pela OIT remontam também à falta de proteção social (IBGE, 2014). Nesse contexto, o trabalho remunerado e a condição de contribuição à previdência social se tornam importantes uma vez que tem fortes implicações sob alguns direitos básicos dos trabalhadores, sendo a inserção mais precária nas posições de conta própria, empregadores, e trabalhadores sem carteira de trabalho assinada que não contribuem para a previdência social, bem como para os trabalhadores não remunerados e trabalhadores para consumo próprio.

No que diz respeito às posições não remuneradas ou em trabalho para consumo próprio, observa-se uma razoável participação de jovens nessas ocupações com 7,4% dos jovens ocupados somando 41,7 mil jovens. Essas posições são mais precárias, sendo apontado por alguns autores inclusive como desemprego disfarçado. Na última década, observa-se uma queda na proporção de jovens nessas ocupações, contudo nos últimos anos da série houve um leve acréscimo, sugerindo uma reversão na tendência ora verificada e uma inserção mais precária (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Participação (%) trabalho não remunerado e para consumo próprio – Espírito Santo – 2004 a 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

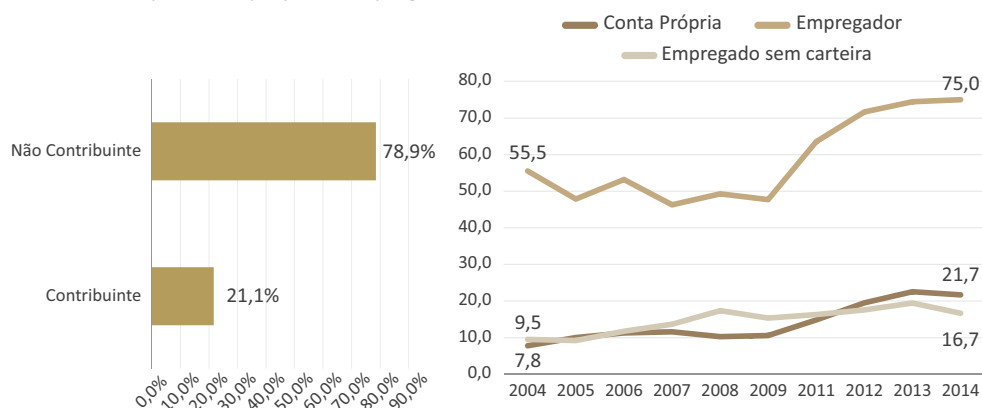
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Os empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores, por sua vez, contabilizavam em 2014 quase 37,4% da população ocupada. Apenas 21,1% desse grupo buscava a previdência social de forma individual, por meio da contribuição voluntária. Entretanto, vale ressaltar que é bem diferente a contribuição quando analisados essas posições isoladamente, sendo os empregadores os que mais contribuíam (75,0%), estando mais amparados pelo sistema de previdência social, enquanto essa participação cai para 21,7% para os jovens conta própria e 16,7% para aqueles empregados sem carteira de trabalho assinada (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Participação (%) empregado sem carteira de trabalho assinado, conta própria e empregador por contribuição à previdência social em 2014 e evolução da participação (%) dos contribuintes por posição na ocupação de 2004 a 2014 – Espírito Santo

225,7 mil jovens

Na posição de empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador por conta própria e empregador



Fonte: PNAD – IBGE.

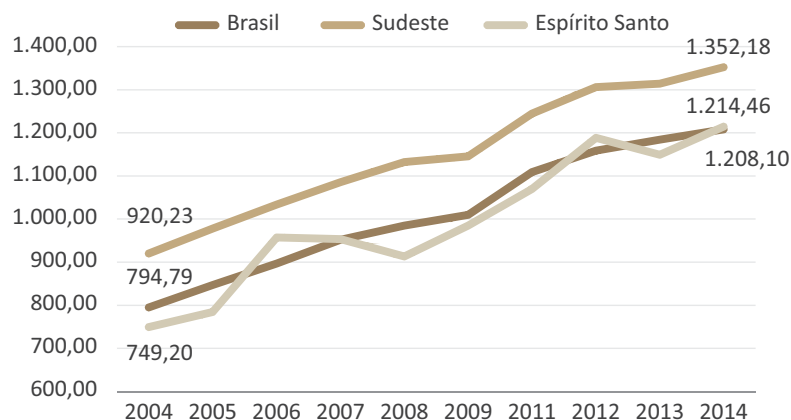
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Na última década, verifica-se que houve crescimento na contribuição previdenciária nessas posições tanto entre jovens quanto entre os “não jovens”, mostrando como esses trabalhadores estavam mais amparados pelo sistema previdenciário, mostrando uma melhora geral no quadro de ocupações no estado. No entanto, entre os jovens conta própria e empregados sem carteira de trabalho assinado já se verifica uma queda em 2014, apontando para uma maior inserção precária desses jovens trabalhadores no mercado de trabalho capixaba.

b. Rendimento

Além da posição na ocupação, a renda auferida pelos jovens pode ser um sinal adicional do tipo de sua inserção no mercado de trabalho. O rendimento médio de todos os trabalhos do jovem capixaba, em 2014, foi de R\$ 1.214,46. Na comparação com Brasil e Sudeste, os jovens capixabas receberam rendimento próximo à média nacional de R\$ 1.208,10 e inferior à do Sudeste, estimada em R\$ 1.352,18. Nos últimos dez anos, observa-se um crescimento significativo do rendimento real dos jovens, saindo de R\$ 749,20 em 2004 para R\$ 1.214,46 em 2014, um acréscimo de 62,1% (Gráfico 31).

Gráfico 31 - **Rendimento médio real de todos os trabalhos jovem (R\$) – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014***



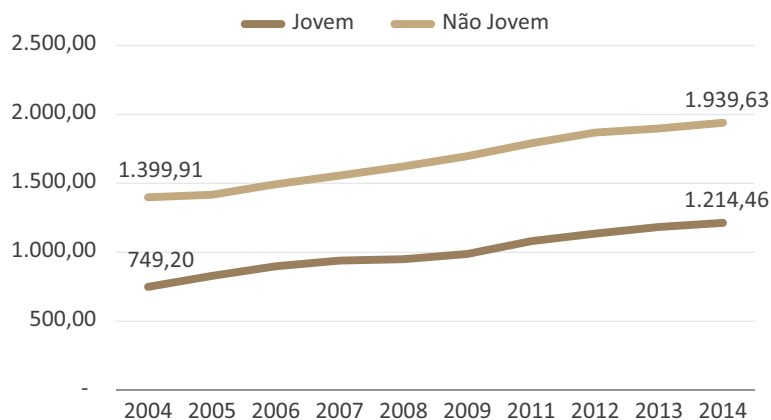
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

*Exclusive os jovens de domicílios sem declaração do valor do rendimento.

O rendimento de todos os trabalhos do “não jovem”, por outro lado se mostrou quase 60% maior que o dos jovens em 2014, alcançando o valor de R\$ 1.939,63 (Gráfico 32). Na última década, o rendimento médio do trabalho apresentou expressivo crescimento tanto para os jovens quanto para os “não jovens”, acompanhando o bom desempenho do mercado de trabalho, porém com o rendimento dos jovens permanecendo mais baixo em relação ao dos “não jovens” em toda a série.

Gráfico 32 - **Rendimento médio real de todos os trabalhos jovem e “não jovem” (R\$) – Espírito Santo – 2004 a 2014***



Fonte: PNAD – IBGE.

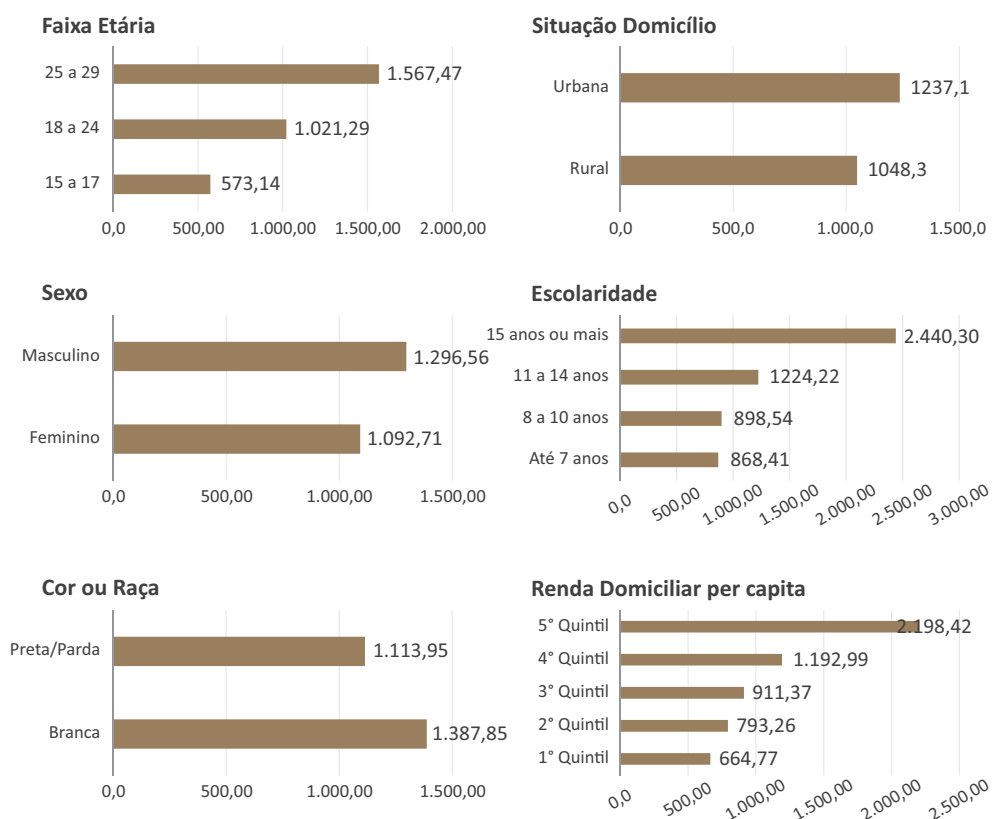
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

*Exclusive os jovens de domicílios sem declaração do valor do rendimento.

Para determinados grupos de jovens, o rendimento do trabalho é menor, demonstrando um diferencial de renda. Esse é o caso dos mais novos de 15 a 17 anos, das jovens do sexo feminino, de cor preta/parda, do meio rural, com menor escolaridade e de famílias mais pobres.

Os jovens de 15 a 17 anos eram os que apresentavam as condições mais desfavoráveis, com rendimento de R\$ 573,14, reflexo da inserção desprotegida, da formação inapropriada e da menor experiência desses jovens. As mulheres, apesar do maior grau de formalidade, apresentavam rendimentos inferiores aos homens, mesmo com maior escolaridade, devido às atitudes culturais predominantes, demonstrando sua condição mais desfavorável no mercado de trabalho. No que diz respeito à cor, a remuneração média dos trabalhadores da população jovem preta e parda, com renda média de R\$ 1.113,95, se mostrou inferior à dos brancos, o que também pode ser reflexo da menor escolaridade desses jovens (Gráfico 33).

Gráfico 33 - Rendimento médio de todos os trabalhos por faixa etária, sexo, cor ou raça, situação de domicílios, escolaridade e quintil de renda domiciliar per capita (R\$) – Espírito Santo – 2014*



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

*Exclusive os jovens de domicílios sem declaração do valor do rendimento.

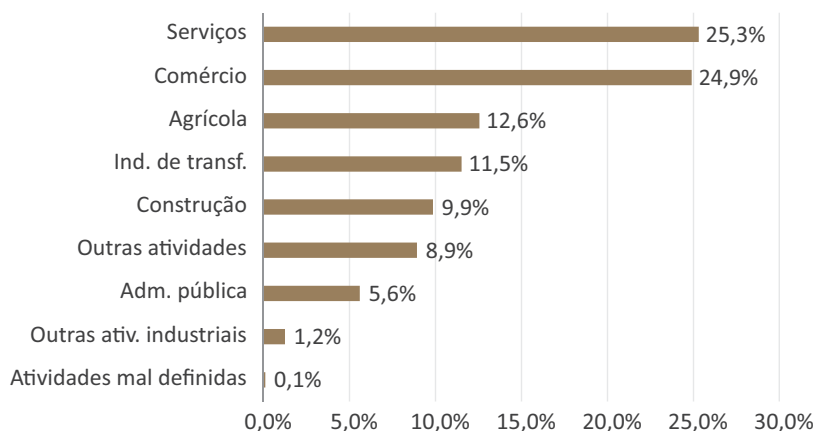
A escolaridade, que é altamente correlacionada aos diferenciais de renda, mostra-se bem discrepante. Enquanto os jovens com menos de 7 anos de estudo ganhavam em média R\$ 868,41, os jovens mais escolarizados recebiam R\$ 2.440,30, 180% acima do rendimento dos menos escolarizados. Os jovens de domicílios mais pobres, da mesma forma, recebiam aproximadamente 30% do valor médio recebido pelos jovens de domicílios mais ricos. Uma das explicações para isso seria que o jovem pobre, precisa precocemente se inserir no mercado de trabalho, submetendo-se a trabalhos com menor remuneração e na informalidade, porque é mais difícil ser aceito em virtude da baixa escolaridade, perpetuando o ciclo de pobreza.

c. Estrutura ocupacional

Outro fator relevante na análise da inserção ocupacional dos jovens diz respeito à estrutura dos postos de trabalho ocupados, tal como a jornada diária, o número de trabalhos e os setores que ocupam, que podem dar indícios de qualidade do trabalho ocupado pelo jovem e que podem ter consequência sobre a trajetória desse grupo etário na sua relação e inserção no mercado de trabalho.

O setor no qual os jovens estão inseridos depende, em grande medida, da estrutura das ocupações da população em geral. As atividades no Espírito Santo com maior número de ocupados são serviços e comércio. Os jovens, por sua vez, também têm uma maior parcela ocupada nesses setores, de 25,3% e 24,9% respectivamente, somando mais da metade dos jovens (Gráfico 34). Esses setores, é claro com algumas exceções, possuem uma estrutura ocupacional precária, com baixa qualificação de mão de obra, salários baixos e tradicionalmente não exigem muita experiência para desempenhar as atividades, o que facilita o ingresso do jovem nesse âmbito de trabalho e reforça a análise de deterioração das condições de inserção desse grupo, se mostrando como uma das poucas alternativas de ocupação frente a desocupação e à inatividade.

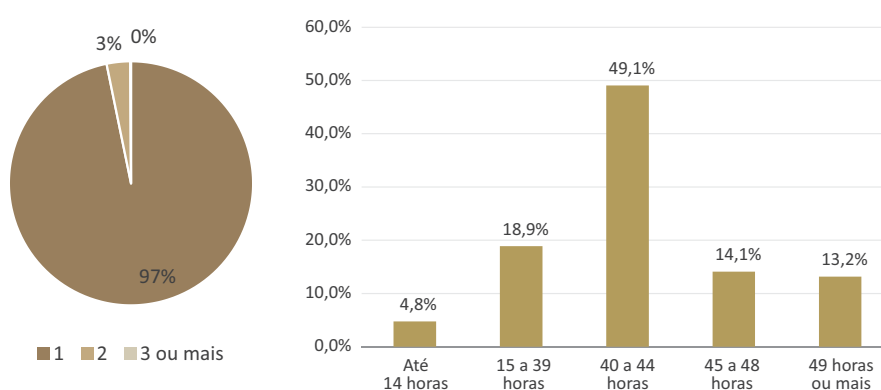
Gráfico 34 - Participação (%) de ocupados jovens por atividade econômica – Espírito Santo – 2014



Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Os jovens em sua grande maioria possuíam, em 2014, um único trabalho (96,8%) e quase a metade dos jovens trabalhavam de 40 a 44 horas semanais. No entanto, a longa jornada de trabalho chama atenção, com uma considerável parcela de jovens trabalhando mais de 45 horas semanais, situação essa que somava, em 2014, 154 mil jovens (27,3%) (Gráfico 35).

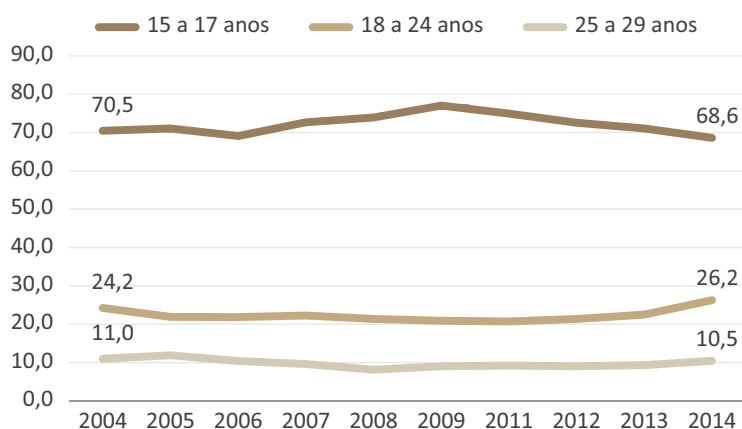
Gráfico 35 - Participação (%) de ocupados jovens por Número de trabalhos e jornada de trabalho semanal – Espírito Santo – 2014



Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

As longas jornadas de trabalho podem estar tornando mais difícil a conciliação entre trabalho e estudo. Grande parte dos jovens ocupados não estudavam em 2014 (75,6%). Isso quer dizer que apenas $\frac{1}{4}$ da juventude capixaba conciliava trabalho e estudo. A conciliação de trabalho e estudo é maior para os jovens de 15 a 17 anos, com 68,6% desses jovens trabalhando e estudando. Mesmo com maior participação, chama atenção o fato de quase 30% dos mais jovens terem deixado os estudos indicando uma inserção precoce e vulnerável. A frequência à escola cai consideravelmente a partir de 18 anos, chegando a uma participação de apenas 26,2% dos jovens conciliando trabalho e estudo. Essa participação é ainda menor para os jovens de 25 a 29 anos, de apenas 10,5%. Em 2014, enquanto os jovens de 15 a 17 anos parecem reduzir a proporção dos que estudavam, os jovens de 18 a 24 anos aumentaram um pouco sua frequência à escola, o que é no entanto ainda muito baixa (Gráfico 36). A redução da frequência à escola dos mais jovens aliado à baixa parcela de jovens de 18 a 24 anos preocupa, pois, tal como relatado por diversos estudos, além de aumentar a probabilidade de conseguir uma ocupação, a maior escolaridade aumenta também as chances de uma inserção em uma ocupação de melhor qualidade.

Gráfico 36 - Participação (%) dos jovens ocupados que estudavam por faixa etária – Espírito Santo – 2004 a 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Portanto, os resultados dos indicadores apresentados nessa seção sugerem que a dinâmica do mercado de trabalho juvenil é bem complexa, reflexo de um conjunto de fatores que resultam em piores ou melhores condições de inserção no mundo do trabalho. De um lado, tem-se o problema na geração de oportunidades que coloca uma expressiva parcela da população jovem em situação de

vulnerabilidade no mercado de trabalho. Por outro lado, a baixa qualidade e a precariedade dos postos de trabalho que são criados são aspectos que contribuem para a piora do quadro de condições desiguais do jovem no mercado de trabalho, tanto na comparação com o “não jovem” quanto no interior desse grupo etário.

As expressivas desigualdades educacionais dos jovens, de acordo com sexo, cor ou raça, situação de domicílio e de renda domiciliar, refletem as condições de desigualdade social vivida não apenas no estado, mas no país como um todo, e contribuem de forma direta e indireta para os diferentes padrões de inserção no mercado de trabalho, criando um ciclo vicioso de reprodução da desigualdade e da exclusão social. Esse é o caso dos mais novos, das mulheres, de cor preta/parda e, principalmente dos mais pobres, que possuem altas taxas de desocupação, baixos níveis de inserção ocupacional, estão em maior número em trabalhos informais, mal remunerados, com grande jornada de trabalho e dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

Diante desse quadro de desigualdades, parcela dos jovens adiam o ingresso no mercado de trabalho em favor do aumento na sua educação. Outros jovens, porém, desencorajados e desalentados, desistem de ingressar no mercado de trabalho permanecendo na inatividade, mesmo sem complementar sua formação educacional. Tendo em vista o exposto, a próxima seção pretende conhecer justamente o perfil dos jovens que estão fora da força de trabalho.

Foto: Eugênio Herkenhoff – Acervo IJUN.



Retomando o arcabouço conceitual adotado nas pesquisas domiciliares do IBGE e neste estudo, entende-se que a condição de inatividade é determinada pela não oferta da força de trabalho, ou seja, aquelas pessoas que não estavam ocupadas e não buscavam por inserção no sistema produtivo.

No Brasil, ao longo da década compreendida entre os anos de 2004 e 2014, a população economicamente inativa⁸ passou de 42,0 milhões para 53,4 milhões no Brasil, registrando um aumento de 27,0% neste período. No caso do Espírito Santo, o aumento relativo foi ainda maior, com uma variação de 30% no mesmo período. Tanto no país quanto no estado, os “não jovens” representaram a maioria, com 70% no total da população fora da força de trabalho. No Espírito Santo, a participação dos jovens na PNEA reduziu de 36,2% para 26,7% entre os anos estudados. Em compensação, o aumento da participação da população “não jo-

⁸ O termo “população economicamente inativa” está sendo utilizada nesta seção como sinônimo de “População Não Economicamente Ativa”, muitas vezes abreviado por PNEA. Também foi tratado como sinônimo do termo “população fora da força de trabalho”.

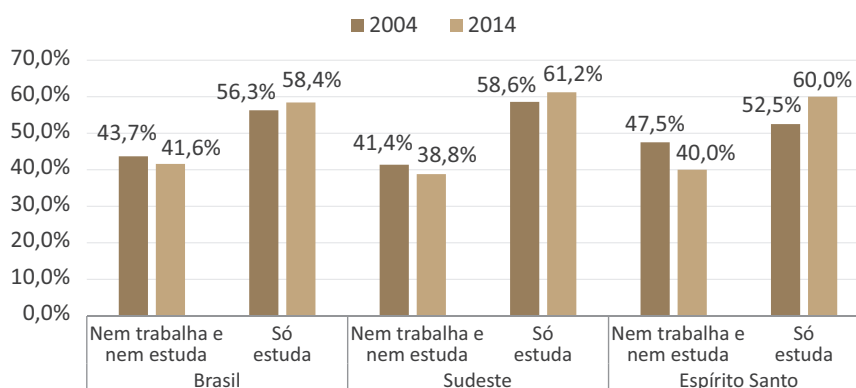
vem” ganhou 9,5 p.p. durante este período, passando de 63,8%, em 2004, para 73,3%, em 2014.

Ao longo desta década, a participação da PNEA jovem em relação à população em idade ativa (PIA) aumentou no país e na região Sudeste. No Espírito Santo, apesar do aumento ocorrido em 2012 e 2013, o percentual de jovens inativos ficou pouco abaixo do apresentado em 2004. Esta relativa estabilidade na participação desta população pode ser reflexo de uma questão estrutural e envolvendo as decisões do jovem em relação ao trabalho e ao estudo. Conforme observado nas seções anteriores deste caderno e diversos estudos sobre educação, ainda existem desafios em relação a ambas atividades.

Dessa forma, utilizando como referência a alocação do tempo entre as atividades de trabalho e estudo, as pessoas fora do mercado podem ser divididas em dois grupos: as pessoas que só estudam e as pessoas que não estudam e não trabalham.

Dos jovens brasileiros economicamente inativos em 2014, 58,4% estavam exclusivamente dedicados aos estudos. No Espírito Santo, este percentual é ligeiramente maior, alcançando 60,0% neste ano. Destaca-se a expansão da proporção dessa população entre 2004 e 2014, tanto em nível nacional quanto em nível estadual, com aumento mais expressivo no estado, registrando uma diferença de 7,5 pontos percentuais (p.p.) no período, enquanto no país este aumento foi de 2,1 p.p. (Gráfico 37).

Gráfico 37 - Distribuição dos jovens fora da força de trabalho de acordo com a alocação do tempo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 e 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Este resultado também suscita indagações sobre quais os determinantes da condição de vulnerabilidade do jovem, assim como alertado por Camarano e Kanso (2012):

Dado que uma parcela importante dos jovens brasileiros não estuda, pergunta-se se esses jovens estão em condições de vulnerabilidade: não procuram trabalho por desalento, não estudam por falta de renda e/ou de perspectivas futuras ou, ao contrário, estão inseridos em uma família capaz de garantir-lhes a sobrevivência básica até conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho. (CAMARANO; KANSO, 2012, p. 1)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou para o aumento de jovens “desencorajados” nos anos seguintes à crise financeira internacional de 2008 e 2009. “O desencorajamento é um termo associado aos jovens que não estão nem no sistema de ensino nem no emprego; e ajuda a descrever o motivo subjacente e as consequências da perda de contato com o mercado de trabalho e com a sociedade” (COSSIO et al., 2012, p.22). Este termo é idêntico ao que se conhece no país como geração “Nem Nem”. Essa parcela da população já foi e ainda é objeto de discussão em diversos estudos sobre a situação do mercado de trabalho no país. A compreensão das causas e consequências deste fenômeno tem sido pauta de diversas conferências de instituições supranacionais como a OIT, UNESCO, entre outras, dado o forte custo social provocado pela ausência de alternativas e medidas voltadas para essa população com alto grau de vulnerabilidade. Cardoso (2013) aponta que, em diversos casos, trata-se a taxa da população “Nem Nem” como uma medida de vulnerabilidade, propondo utilizar, inclusive, o termo “taxa nem nem de exclusão” (CARDOSO, 2013).

Neste sentido, esta seção tem como objetivo traçar o perfil desses jovens fora do mercado de trabalho no Espírito Santo, comparando com a situação no país e na região Sudeste. Este é um exercício importante, dado que a faixa etária tratada neste estudo representa uma fase de transição para a vida adulta, o que inviabiliza uma análise mais generalista da situação do jovem. A própria existência de marcos importantes na vida de qualquer indivíduo ao longo desta faixa etária por si só molda seus comportamentos, incentivando-os na busca de estudos, qualificação, trabalho, casamento etc. De acordo com essas convenções sociais, os jovens têm objetivos diversos nas diferentes fases apontadas, com maior foco nos estudos entre os mais jovens e maior foco no trabalho entre os mais velhos.

Dessa forma, com a disponibilização dessas informações procura-se contribuir para o desenvolvimento de políticas voltadas para esta população por parte das instituições competentes. Adicionalmente, será tratada a evolução da população denominada “Nem Nem” com maior grau de detalhe, para se entender a evolução do número destes jovens ao longo do período analisado neste documento.

I. O PERFIL DO JOVEM FORA DA FORÇA DE TRABALHO NO ESPÍRITO SANTO

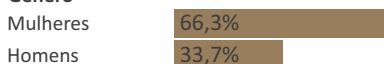
No ano de 2014, dos 251 mil jovens fora da força de trabalho no Espírito Santo, a maior parte era composta por mulheres (66,3%), residentes na zona urbana (84,8%), de cor ou raça preta/parda (64,6%) e se dedicavam exclusivamente aos estudos (60,0%). A composição etária desta população demonstra uma concentração de jovens entre 15 a 17 anos de idade (44,0%), seguido pelos jovens de 18 a 24 anos (37,0%) (Gráfico 38).

Gráfico 38 - Perfil da PNEA jovem – Espírito Santo – 2014

251,0 Mil Jovens

Características Individuais

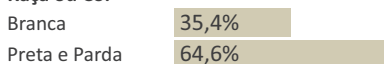
Gênero



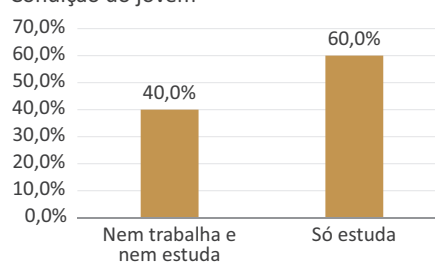
Situação do Domicílio



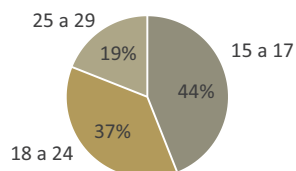
Raça ou Cor



Condição do jovem



Distribuição por faixa etária



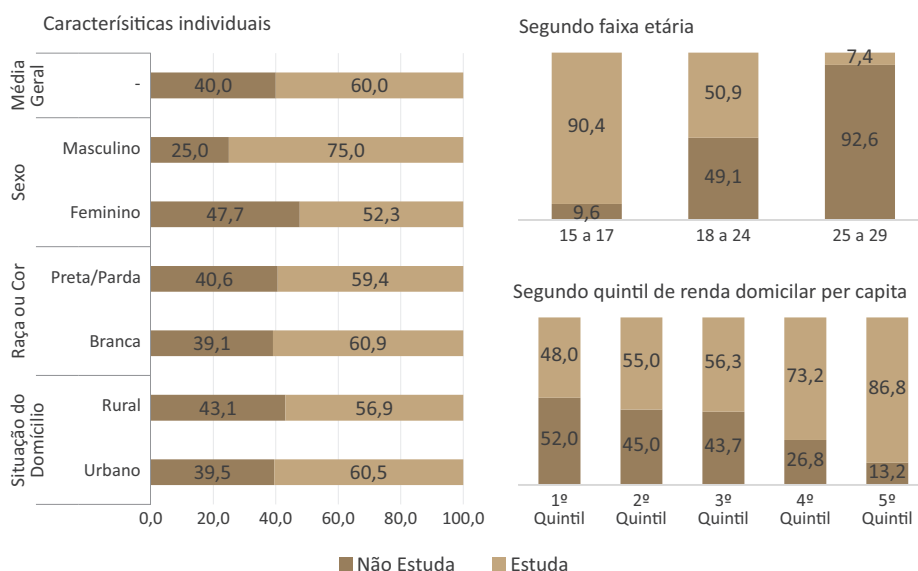
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

A alocação de tempo em relação aos estudos tem sido uma bandeira importante para os jovens em todo país. O Estatuto da Juventude aprovado pelo congresso em 2013 versa sobre o direito e acesso ao trabalho do jovem, levando em consideração as especificidades de cada faixa etária e a relação do jovem com os estudos, em qualquer nível. Dado que o público jovem tratado nesta seção se encontra afastado do mercado de trabalho, a escolha de estudar e não estudar é diferenciada de acordo com os grupos e situações socioeconômicas e geográficas em que o jovem se encontra.

O Gráfico 39 apresenta a divisão dos jovens fora da força de trabalho de acordo com as características selecionadas divididos entre as opções de estudar e não estudar.

Gráfico 39 - Perfil da PNEA jovem de acordo com as características intragrupos – Espírito Santo – 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Em função das características individuais, os 75% dos jovens do sexo masculino que estão fora da força de trabalho estão estudando, sendo que os demais, aproximadamente 20 mil jovens encontram-se também afastados da escola. No caso das categorias relacionadas à raça ou cor e situação do domicílio, há pouca diferença em relação à média geral variando pouco em relação à média da população. Em relação à faixa etária, era de se esperar que com o passar da idade reduza a proporção de jovens que só estudam, ao ponto em que apenas 7,4% da população jovem inativa de 25 a 29 anos está dedicada aos estudos. Em relação à renda domiciliar, também há um padrão claro, no qual a proporção de jovens inativos que estudam aumenta em função do aumento da renda familiar. Se compararmos a proporção dos jovens que estudam entre as famílias 20% mais pobres (48,0%) e as 20% mais ricas (86,8%) a diferença é quase duas vezes menor.

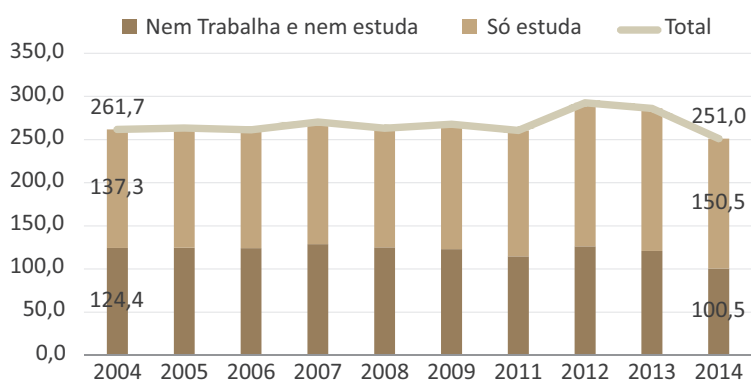
No intervalo dos anos de 2004 a 2014, observa-se um comportamento relativamente estável entre as duas condições de alocação do tempo. A estimativa de jovens apenas estudando passou de 137,3 mil, em 2004, para 150,5 mil, em

2014, e apesar do aumento observado em 2012 e 2013, o percentual destes jovens fechou no final da série em 60% do total da PNEA jovem. Por outro lado, a estimativa da população jovem “Nem Nem”, apesar do decréscimo observado neste período, nunca foi menor do que 100 mil, o que reafirma o caráter estrutural da evolução desta população apontado por Cardoso:

O mais importante a reter desses dados, contudo, é que estamos diante de um fenômeno estrutural, que atinge proporções relevantes de homens e mulheres jovens há muito tempo (portanto, devemos falar de gerações sucessivas de “nem nem”), tendo-se agravado depois de 2008, a ponto de provocar uma crise social de proporções continentais, colocando os jovens, uma vez mais, no centro da contestação à ordem econômica global e suas instituições de sustentação, nacionais e supranacionais. (CARDOSO, 2013, p.296)

Nos últimos dez anos, principalmente se comparado ao ano de 2004, o que se observa é um comportamento relativamente constante entre o número de jovens inativos, com um crescimento do número de jovens que estudavam e um decréscimo dos jovens que não estudavam. Esse é um resultado positivo, pois significa que o jovem está adiando o seu ingresso no mercado de trabalho por conta da dedicação aos estudos com a melhora da renda familiar. Assim o crescimento da escolaridade, implica em melhores condições de ingresso no sistema produtivo no futuro (Gráfico 40).

Gráfico 40 - Evolução da população jovem economicamente inativa – Espírito Santo – 2004 a 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Apesar da estabilidade na taxa de inatividade no estado, na passagem de 2013 para 2014 houve um aumento do número de jovens que saíram da condição de inatividade em busca de oportunidades no mercado de trabalho, principalmente

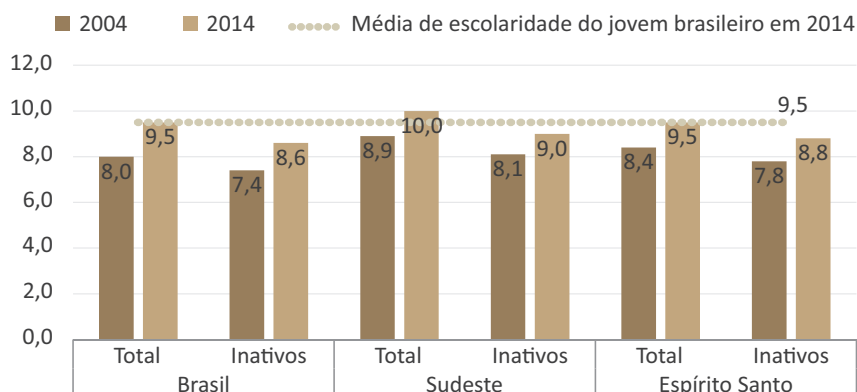
entre aqueles que não estudavam, os chamados “Nem Nem”. Segundo os resultados apontados na seção 2, o aumento da parcela ativa na força de trabalho jovem se deu, principalmente, entre os mais jovens o que prejudica a formação destes indivíduos, criando empecilhos futuros para garantir uma posição mais favorável no mercado de trabalho.

Menezes Filho et al (2013) demonstrou que o aumento da população “Nem Nem” no Brasil foi consequência do maior tempo em que os jovens permaneciam nesta condição, principalmente, após o término do ensino médio. A estimativa elaborada no estudo demonstra que para estes jovens, o tempo médio na condição “Nem Nem” aumentou aproximadamente em um mês, de 2003 a 2011, passando de 3 para 4 meses. O aumento do tempo na condição de inatividade e fora do ensino impacta no atraso do ganho de experiência profissional e do processo de continuidade da formação para o ensino superior, duas variáveis importantes para a inserção no mercado produtivo. Este movimento é particularmente grave, dado que em momentos de crise, são exatamente os funcionários mais jovens e menos experientes que são demitidos, aprofundando o caráter de vulnerabilidade dessa população, tornando o diferencial de escolarização um fator decisivo para uma eventual reinserção no mercado de trabalho (MENEZES FILHO; CABANAS; KOMATSU, 2013).

O Gráfico 41 demonstra o diferencial de escolaridade de acordo com a condição de inatividade do jovem para as regiões analisadas. No eixo horizontal se encontra as unidades geográficas e as duas categorias de análise: o total corresponde a escolaridade média da população jovem independente da alocação do tempo, enquanto a categoria “inativo” apresenta a escolaridade daqueles jovens fora da força de trabalho. Pelo exame do gráfico é possível notar que neste intervalo de dez anos a escolarização média do jovem aumentou em quase um ano de estudo em todas as unidades geográficas analisadas. Apesar deste aumento, a escolaridade média dos jovens inativos é menor que a média da população na mesma faixa etária. No Espírito Santo, a escolaridade do jovem passou de 8,4 anos de estudo, em 2004, para 9,5, em 2014, ao passo que para o jovem fora da força de trabalho o indicador demonstrava que esta população, em média, não teria nem o equivalente ao ensino fundamental completo⁹, com 8,8 anos em 2014. Este resultado ainda demonstra uma diferença entre a escolaridade média do país e da região Sudeste, onde o Espírito Santo ocupa uma posição intermediária entre os dois, sendo que a escolaridade média, em 2014, do jovem da região Sudeste foi de 10 anos de estudo e localmente, foi de 9,5 anos de estudo.

⁹ A PNAD considera os anos de estudo completos no ensino formal, desconsiderando cursos e eventuais qualificações profissionais que o jovem tenha cursado. Por ter uma grande participação de jovens de 15 a 17 anos este resultado pode ser reflexo desta composição, entretanto, dada a mesma faixa etária de referência, houve um avanço significativo da escolarização.

Gráfico 41 - Escolaridade média dos jovens, total e inativos – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 e 2014



Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

O aumento da escolarização da população mais jovem é um movimento que se intensificou no país ao longo desta última década, e em parte isso pode ser explicado pelas políticas de universalização da educação, bem como o efeito do programa bolsa família, em que uma das condições para o recebimento do benefício é a permanência das crianças na escola. Para se ter parâmetro de comparação, em 2014, 92,1% das crianças de 4 a 17 anos pertencentes a famílias inscritas no CadÚnico estavam matriculadas e frequentando a escola, ao passo em que no ano de 2010, esse percentual era de 84,5% (BERTOLANI; ROCHA, 2016). O processo de universalização do acesso ao ensino apesar de positivo representa uma parte do caminho a ser percorrido, principalmente, ao se buscar a melhoria da qualidade ensino.

Apesar da ampliação da oferta de vagas disponíveis para que o jovem que não trabalha continue estudando, ainda há uma parcela considerável que não continua seus estudos (40%). Entender as razões para este fenômeno, é imprescindível para garantir melhores condições de vida para estes jovens e consequentemente para suas famílias. Há ainda um agravante, pois o fato de não estudar cria um ciclo vicioso, no qual a menor qualificação dificulta a tarefa para se inserir em uma ocupação digna no futuro e consequentemente, compromete a geração de renda, perpetuando a condição de pobreza.

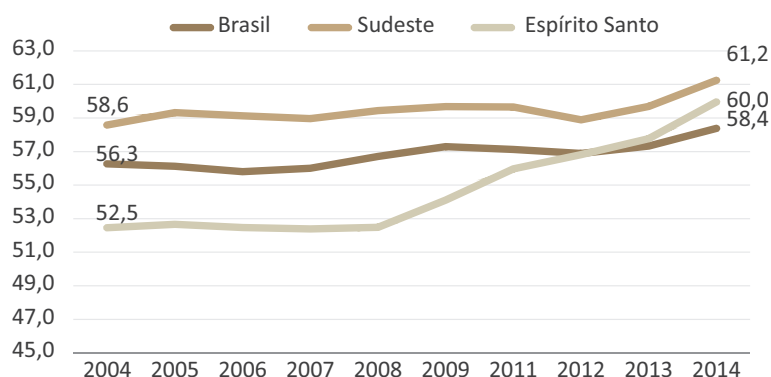
Conforme apontado anteriormente há uma grande heterogeneidade em relação à classificação de jovens adotada neste trabalho, e a existência de marcos e valores da sociedade, como por exemplo a maioria a partir dos 18 anos, modulam os padrões de comportamento dos indivíduos. Por exemplo, é esperado que um jovem entre 15 e 17 anos esteja na escola se dedicando aos estudos,

ao mesmo tempo, em que se espera que um jovem com idade entre 25 a 29 esteja ou em busca de trabalho ou já ocupado. Dado que esta faixa engloba uma fase de transição da adolescência para a vida adulta, nas próximas subseções traçaremos os perfis dos jovens de acordo com a sua decisão de estudar ou não, uma vez que não buscaram emprego no período.

a. O jovem que apenas estuda

Nos últimos dez anos analisados neste estudo, a participação dos jovens que apenas estudavam aumentou significativamente no Espírito Santo. Se no início da década a participação deste grupo no total da população inativa (52,5%) encontrava-se abaixo das médias da região Sudeste e da média brasileira, no último ano da série a participação foi de 60,0% (Gráfico 42).

Gráfico 42 - Participação dos jovens que apenas estudavam no total da População Economicamente Inativa – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Em 2014, 150,5 mil jovens estavam dedicados apenas aos estudos no Espírito Santo. Desta população, 57,8% eram mulheres, 85,5% eram moradores da zona urbana e 64,1% se declararam da cor preta ou parda. Em termos etários, 66,0% tinham de 15 a 17 anos, e se somado a categoria de 18 a 24, 98% dos jovens que só estudavam neste ano tinham menos de 25 anos. No caso da posição na família, quase 125 mil jovens se encontravam na posição de filhos, o que representou 83,0% deste total (Gráfico 43).

Este perfil é condizente com as convenções da sociedade brasileira. Uma vez que é comum e amplamente aceito pela sociedade que um jovem entre 15 e 25

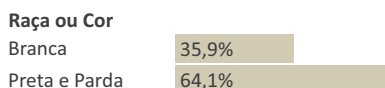
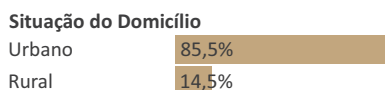
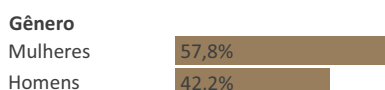
anos esteja estudando, seja no ensino médio ou no ensino superior. O fato de que a maioria dos jovens que se dedicavam aos estudos tinham uma posição de filhos dentro da organização familiar pressupõe a existência de condições mínimas e infraestrutura para que este membro possa se dedicar aos estudos.

A renda aparece como um importante fator na alocação do tempo dos jovens entre o trabalho e o estudo, principalmente, do segundo. Leme e Wajnman (2000) mostraram que a renda dos domicílios afeta positivamente a probabilidade de estudar, principalmente sem trabalhar, e negativamente a de trabalhar sem estudar e a de não exercer nenhuma das duas atividades. (CAMARANO; KANSO, 2012, p. 43)

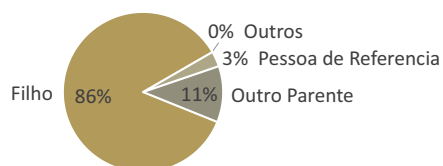
Gráfico 43 - Perfil do Jovem que só estuda – Espírito Santo – 2014

150,5 Mil Jovens

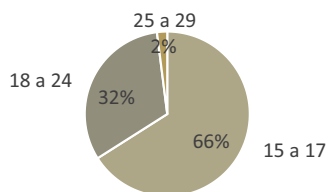
Características Individuais



Posição na família



Distribuição por faixa etária



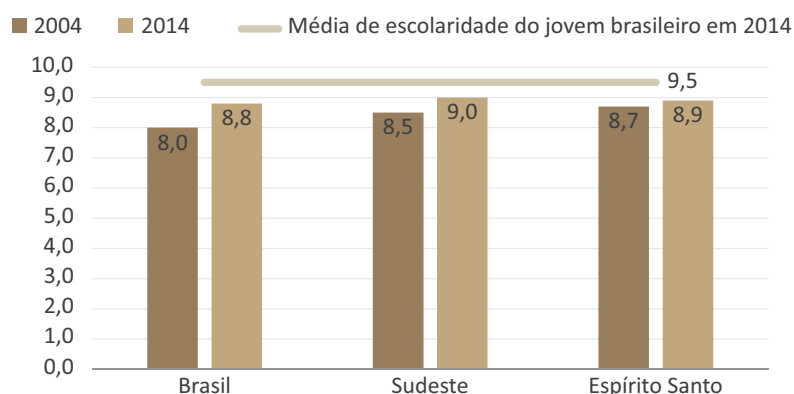
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

O efeito do aumento da escolarização é ainda mais nítido quando se compara a evolução deste indicador entre a população que apenas estudava. O Gráfico 44 apresenta a escolaridade média, medida em anos de estudo, dos jovens que estudavam em 2004 e 2014 para o Brasil, Sudeste e Espírito Santo. Como parâmetro para comparação, incluímos uma linha com a escolaridade média do jovem brasileiro em 2014. Nota-se, a partir do exame do gráfico, que houve um ganho geral de escolaridade em todas as unidades analisadas. No país, esse aumento foi mais perceptível, com um ganho de quase 1 ano de estudo em

média. No Espírito Santo, a média de anos de estudo passou de 8,7 anos de estudo, em 2004, para 8,9 anos de estudo, em 2014, crescimento de 0,2 anos de estudo nesse período. Neste caso, o resultado para o estado chama atenção pois houve uma queda da média de idade dos jovens que apenas estudavam, chegando próximo a 17 anos de idade.

Gráfico 44 - Escolaridade média dos jovens que apenas estudavam – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 e 2014

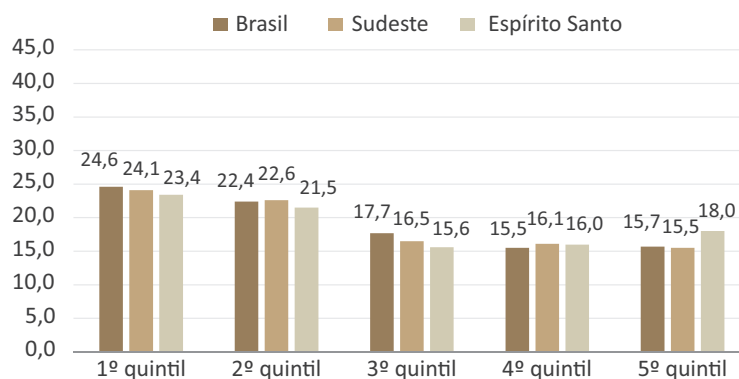


Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Quando analisado a distribuição dos jovens de acordo com a renda, nota-se uma distribuição mais equânime entre as classes de rendimento familiar. Nas três unidades geográficas, cerca de 45% dos jovens que estudavam encontravam-se no estrato dos 40% mais pobres, enquanto aproximadamente, 32% dos jovens estudantes encontravam-se entre os 40% mais ricos. Isto pode significar condições de acesso à escola, relativamente parecidas entre os jovens de diferentes classes de renda. Entretanto, apesar da ampliação do acesso à escola, alguns estudos sobre desempenho da educação demonstram diferenças de rendimento e de aproveitamento dos estudos de acordo com a condição socioeconômica da família e do local onde se vive. (Gráfico 45). Segundo PALERMO, G. A. (2014), ao estudar um conjunto de escolas do Rio de Janeiro, “entre os fatores exógenos, apenas a variável que representou o nível de pobreza no território da escola foi significativa, apresentando uma relação inversamente proporcional com o desempenho.”

Gráfico 45 - Distribuição dos jovens segundo quintis de Renda domiciliar per capita – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014



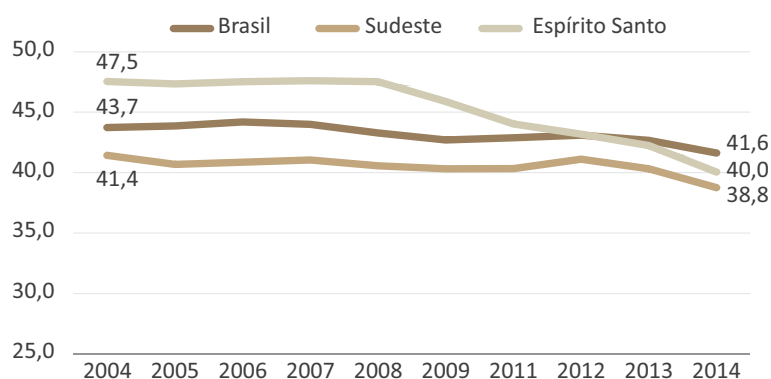
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

b. O jovem inativo que não estuda

Nos últimos dez anos analisados neste estudo, a participação dos jovens “Nem Nem” reduziu-se significativamente no Espírito Santo. Se no início da década a participação deste grupo no total da população inativa (47,5%) encontrava-se acima das médias da região Sudeste e da média brasileira, no último ano da série a participação foi de 40,0%, com uma queda de 7,5 pontos percentuais, posicionando abaixo da média nacional e pouco acima da média da região Sudeste (Gráfico 46).

Gráfico 46 - Participação dos jovens “nem nem” no total da população economicamente inativa – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

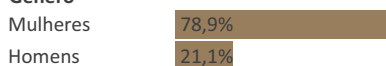
Em 2014, cerca de 100 mil jovens se encontravam na condição em que não trabalhavam e não estudavam no Espírito Santo. Esta população, frequentemente denominada “Nem Nem”, é composta em sua maioria por mulheres (78,9%), residentes na zona urbana (83,6%) e da cor ou raça preta/parda (65,5%). Adicionalmente, 9 a cada 10 jovens nessa condição tem idade maior do que 18 anos e ocupam o papel ou de cônjuge ou de pessoa de referência, representando 62% dos jovens nessa condição. Também se observa uma grande participação de jovens no papel de filho, somando aproximadamente 34 mil jovens com este perfil (Gráfico 47).

Gráfico 47 - Perfil do jovem nem trabalha e nem estuda – Espírito Santo – 2014

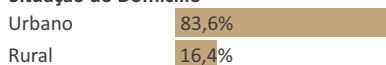
100,5 Mil Jovens

Características Individuais

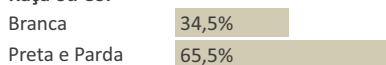
Gênero



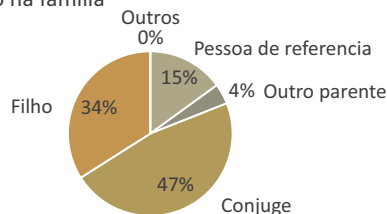
Situação do Domicílio



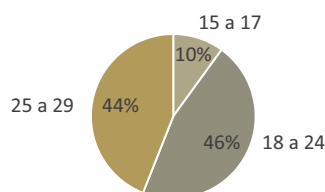
Raça ou Cor



Posição na família



Distribuição por faixa etária



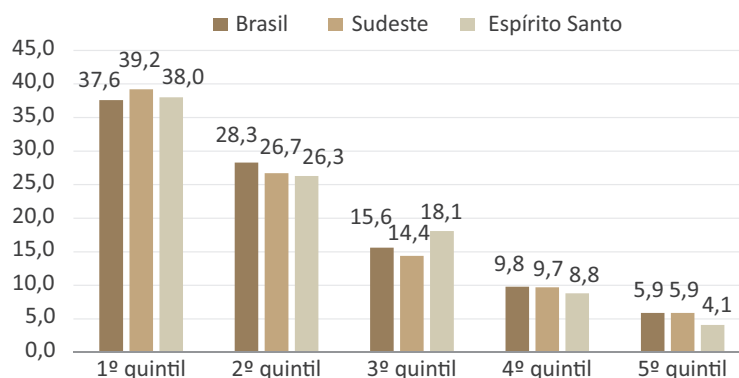
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Em termos de distribuição de renda, nota-se uma concentração nas categorias de menor renda domiciliar. Dos jovens que não estudavam e não trabalhavam, quase 65,0% pertenciam às famílias 40% mais pobres, enquanto apenas 12,9% encontravam-se entre as famílias 40% mais ricas. Essa desigualdade, corrobora o resultado apontado por Cardoso (2013) no qual a probabilidade de um jovem ser “Nem Nem” em uma família mais pobre é quase 8 vezes maior do que aquela relacionada a famílias no estrato de renda mais rico. No Espírito Santo, apenas os resultados do 3º quintil destoam do resto da região Sudeste e do Brasil, demonstrando uma concentração de jovens que não trabalhavam e não estudavam no estrato de renda médio (Gráfico 48). Tal resultado pode ser efeito da conjunção de dois fatores importantes: múltiplas tentativas frustradas na inserção de uma

ocupação decente, o que culmina no fenômeno do desalento¹⁰, e a existência de uma condição de renda familiar suficiente para manutenção deste jovem na condição de “Nem Nem”.

Gráfico 48 - Distribuição dos jovens segundo quintis de renda domiciliar per capita – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2014



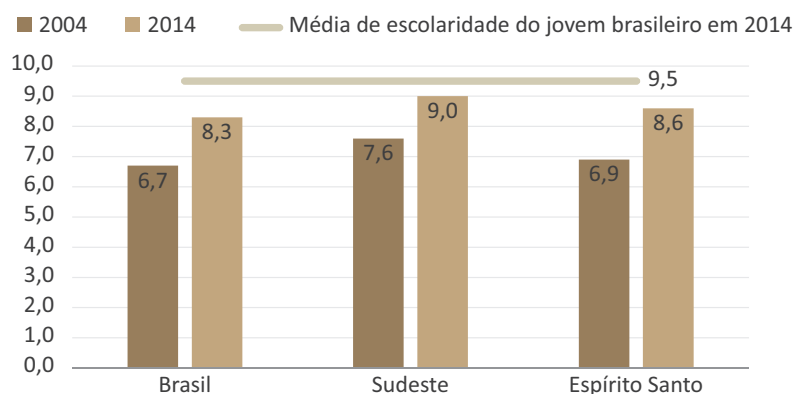
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN, com base na ferramenta de Indicadores IJSN.

Em relação à média de anos de estudo, novamente observa-se o padrão de aumento da escolarização durante esta década. No Espírito Santo, os jovens que não participam do mercado de trabalho possuem uma escolarização menor que a média nacional. Entretanto, ao longo da década, houve uma melhora na escolarização destes jovens, mais intensa do que a observada nos inativos que só estudavam, com uma aproximação mais rápida em relação à média da escolarização de todos os jovens. No Espírito Santo, a escolaridade média dos jovens que não estudavam e não procuravam emprego passou de 6,9 anos de estudo, em 2004, para 8,6, em 2014, correspondendo a um crescimento de 24,6% na escolarização desta população. Entretanto, essa média de anos estudo significa dizer que boa parte dos jovens “Nem Nem” do estado interromperam seus estudos logo após completar o ensino fundamental (Gráfico 49).

¹⁰ O efeito desalento ocorre, em geral, em momentos de recessão, quando o salário esperado e a probabilidade de conseguir uma vaga são mais baixos e os trabalhadores desempregados optam por deixar de procurar emprego, o que provoca uma queda na taxa de participação na força de trabalho.

Gráfico 49 - Escolaridade média da população jovem inativo que não trabalhava e nem estudava – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 e 2014



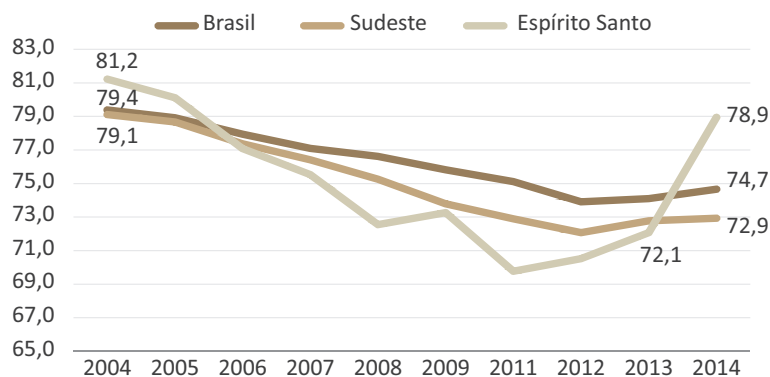
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

c. As mulheres e evolução geração “nem nem” no Espírito Santo

De acordo com o perfil traçado para o jovem que não trabalha e não estuda, sua população é formada principalmente por mulheres, em geral com idade superior a 18 anos e que possuem o papel de cônjuge ou de pessoa de referência na família. Entre 2004 e 2013, a participação feminina na população “Nem Nem” apresentou tendência de queda, passando de 81,2% para 72,1%, neste período. No entanto, na passagem dos anos de 2013 e 2014, esta tendência foi revertida, quando registrou uma participação de 78,9%, ultrapassando as médias nacional e da região Sudeste (Gráfico 50).

Gráfico 50 - Participação feminina na população “nem nem” – Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2004 a 2014



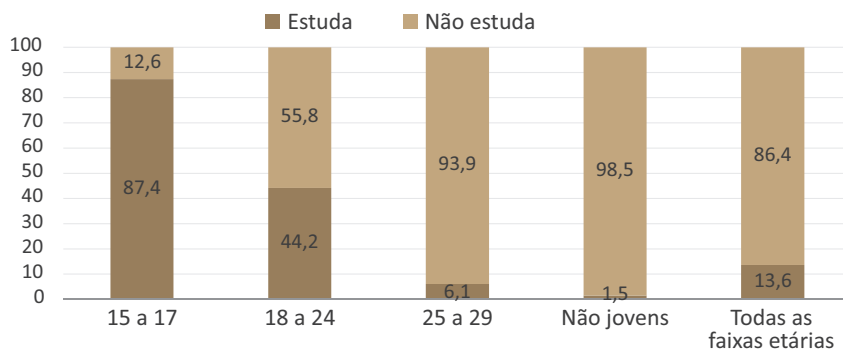
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Entretanto, quais atividades estas jovens desempenhavam dado que não estavam inseridas nos sistemas de ensino e produtivo? Este questionamento é ainda mais pertinente, dado que existe uma ideia pré-estabelecida que estes jovens marginalizados estão ligados a atividades ilegais, contribuindo para índices maiores de violência e perturbação social (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005). Antes de tudo, é necessário entender que a cultura da maior parte dos países latino-americanos é predominantemente patriarcal, a divisão das responsabilidades da organização familiar é determinada de acordo com o gênero. Geralmente, este tipo de cultura, delega às mulheres os afazeres domésticos, como o cuidado dos filhos e organização do lar. O trabalho exercido por estas mulheres, além de invisível aos métodos tradicionais de cômputo do valor adicionado pelas economias, são mascarados pela condição de inatividade econômica. Para se ter uma ideia da importância das responsabilidades domésticas para a condição de inatividade feminina no Espírito Santo, em 2014, em média, 88,4% das mulheres fora do mercado de trabalho exerciam tarefas domésticas, totalizando 575 mil mulheres nesta condição. Isto significa que a cada 10 mulheres fora da força de trabalho, quase 9 exerciam atividades domésticas. Destas, 145,7 mil tinham entre 15 a 29 anos de idade, o que representa aproximadamente um quarto do total de mulheres inativas com este tipo de responsabilidade. Se considerarmos apenas a coorte jovem, a participação dessas jovens mulheres é de 87,6%, valor muito próximo à média do estado.

Ao considerar a distribuição das mulheres inativas em função da decisão de estudar ou não, nota-se que apenas nas faixas etárias mais jovens a maior parte das adolescentes de 15 a 17 anos de idade (87,4%) desempenhavam funções domésticas ao mesmo tempo em que estudavam. Este percentual se reduziu para menos da metade quando analisada a faixa etária entre 18 e 24 anos, na qual menos da metade das mulheres dessa faixa etária e que trabalhavam em casa (44,2%), estudavam. Este percentual cai abruptamente, passando para 6,1% entre as mulheres de 25 a 29 anos (Gráfico 51).

Gráfico 51 - Distribuição das mulheres com funções domésticas de acordo com a alocação do tempo entre estudo e faixas etárias selecionadas – Espírito Santo – 2014

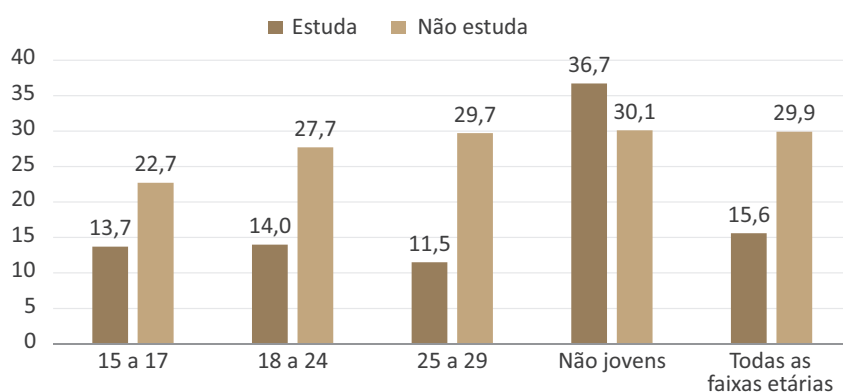


Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Outro ponto importante é o tempo dedicado ao trabalho doméstico. Em 2014, o que chama atenção é a carga de trabalho de 13,7 horas semanais entre as adolescentes de 15 a 17 anos que estudavam, uma vez que essas têm que dividir suas obrigações escolares com os afazeres domésticos. Também se nota um crescimento da carga de trabalho para as mulheres inativas, aumentando de acordo com o avançar da idade. Desse modo, uma mulher de 25 a 29 anos que não estuda, dedica quase 30 horas semanais às responsabilidades com o lar (Gráfico 52). Este parece ser um dos principais motivos para o abandono dos estudos, com a existência de um desestímulo entre continuar os estudos em relação às obrigações com a família.

Gráfico 52 - Carga horária de atividade doméstica semanal das mulheres inativas de acordo com faixas etárias selecionadas – Espírito Santo – 2014

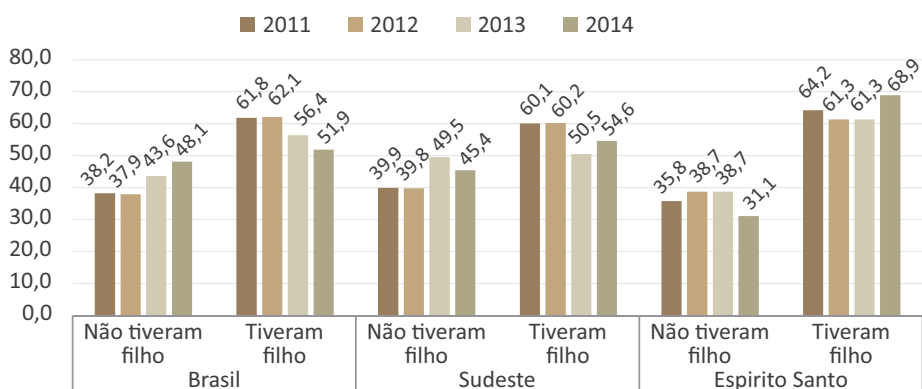


Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

A maternidade também é um fator importante, uma vez que o percentual de jovens inativas que tiveram filho, até 2014, girou em torno de 50% e 60%, sendo que no Espírito Santo (68,9%) este percentual é maior que o da região Sudeste (54,6%) e do Brasil (51,9%). Enquanto no país é possível observar uma tendência de diminuição, no estado, este percentual é superior e relativamente constante (Gráfico 53).

Gráfico 53 - Percentual das jovens inativas que tiveram e não tiveram filhos – Espírito Santo – 2011 a 2014



Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de estudos econômicos – CEE/IJSN.

Conforme apresentado acima, a grande participação das jovens mulheres na população que não trabalha nem estuda pode ser explicada por fatores como a maternidade e a carga de trabalho associada às responsabilidades dos afazeres domésticos. Dessa forma, torna-se importante que estes fatores sejam incluídos nos desenhos das políticas voltadas ao público jovem. Ações afirmativas neste sentido, além de contribuir para a tarefa de equalização das oportunidades entre jovens e não jovens, também poderia diminuir a grande disparidade de gênero existente na sociedade brasileira e, especialmente, na sociedade capixaba.



Foto: Eugênio Herkenhoff – Acervo IJSN.

A análise dos indicadores relacionados ao mercado de trabalho na última década apontou avanços consideráveis para o mercado de trabalho no país e no Espírito Santo, com a redução do desemprego, aumento da renda, crescimento da formalidade e no adiamento do ingresso no mercado de trabalho concomitante ao aumento da escolaridade, sobretudo até 2013. Tais avanços ainda são marcados por uma elevada desigualdade, como aquelas relativas aos atributos pessoais como sexo, cor ou raça, rendimento e escolaridade.

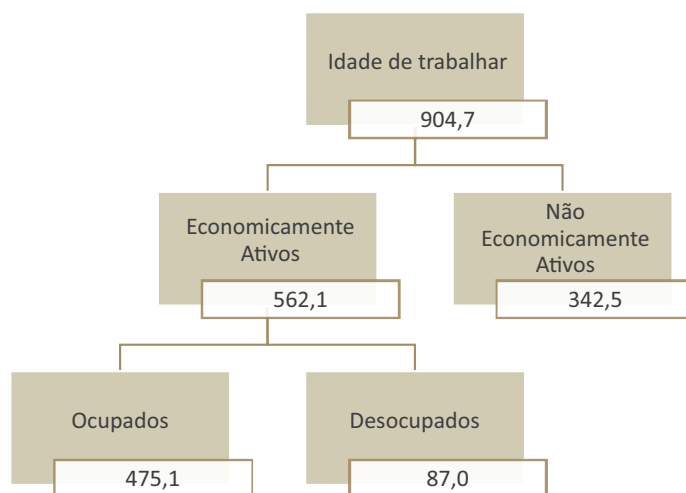
A despeito destes bons resultados, em 2014, parece haver uma reversão nessa tendência, em especial no Espírito Santo, com os indicadores mostrando uma deterioração, principalmente, nas oportunidades de trabalho para os jovens, que pode ser explicada pelas mudanças na conjuntura econômica e política do país e, consequentemente, do estado. Conforme mostrado nas seções anteriores, os dados da PNAD, em 2014, revelam um deslocamento dos jovens da inatividade para a atividade, com aumento da oferta de trabalho e uma pressão sobre o mercado de trabalho. Esse aumento da oferta de trabalho se traduziu principalmente em maior desocupação para os jovens. Além disso, houve de maneira geral uma piora na qualidade das ocupações relacionadas aos jovens, com aumento do em-

prego informal, dos trabalhos não remunerados e para o próprio consumo, bem como a redução dos trabalhadores que contribuíam com a previdência e uma desaceleração do crescimento do rendimento médio do trabalho.

As evidências conjunturais disponíveis para o período posterior ao analisado apontam para uma relativa continuidade do agravamento do quadro de desocupação que vinha se desenhando em 2014. As estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo IBGE e que visa produzir informações contínuas e conjunturais sobre a inserção da população no mercado de trabalho, estão apresentadas no fluxograma abaixo e trazem as estimativas médias de 2015 dessa pesquisa.

Todavia, antes da análise da evolução dos indicadores estimados pela PNADC cabe uma ressalva. As estimativas dos indicadores de mercado de trabalho na PNAD e na PNADC são feitas levando-se em consideração distintos conceitos, principalmente, no que se refere à oferta de trabalho. Na PNAD anual constituem a oferta de trabalho as condições de Trabalho remunerado; Trabalho não remunerado; e Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso. Já na PNADC (Contínua), apenas são consideradas como oferta de trabalho os empregados remunerados em dinheiro ou benefícios e os empregadores, trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares auxiliares em unidades produzindo bens ou serviços para o mercado. Dessa forma, são excluídos da PNADC o trabalho para próprio consumo ou uso, o trabalho voluntário ou não remunerado (com exceção do trabalhador familiar auxiliar), fazendo com que os indicadores não possam ser diretamente comparados.

Figura 4 - Relação dos jovens com o mercado de trabalho PNADC – Espírito Santo – 2015



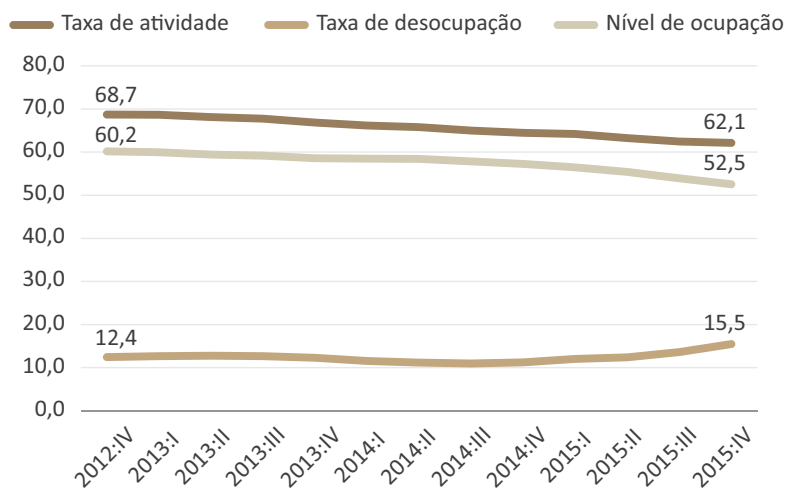
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

A PNADC estimou em 904,7 mil o número de jovens no Espírito Santo em 2015, dos quais 562,1 mil participavam da força de trabalho e 342,5 mil estavam fora da força de trabalho, somando uma taxa de participação de 62,1%. Dentre aqueles que compunham a força de trabalho capixaba, por sua vez, 475,1 mil estavam ocupados e 87,0 mil estavam desocupados, resultando em uma taxa de desocupação entre os jovens capixabas de 15,3%, inferior aos valores observados na média nacional e do Sudeste.

Na comparação com o início da série da PNADC, em 2012, verifica-se um acréscimo na taxa de desocupação jovem, com essa passando de 12,4% para 15,5%, acompanhando a tendência de crescimento estimada para Brasil e Sudeste (Gráfico 54 e 55). O crescimento da taxa de desocupação no Espírito Santo, se deu sobretudo, pela redução no número de ocupados jovens, no mercado de trabalho. O nível de ocupação, que era em média de 60,2% em 2012, apresentou queda, passando para 52,5% na média dos últimos 4 trimestres de 2015, reflexo da maior desocupação e também da menor participação no mercado de trabalho¹¹. Esses resultados em conjunto mostram a deterioração do quadro de inserção juvenil no mercado de trabalho.

Gráfico 54 - Taxa de participação, taxa de desocupação e nível de ocupação (%) jovens – Espírito Santo – 4º trimestre de 2012 a 4º trimestre de 2015 (média móvel 4 trimestres)



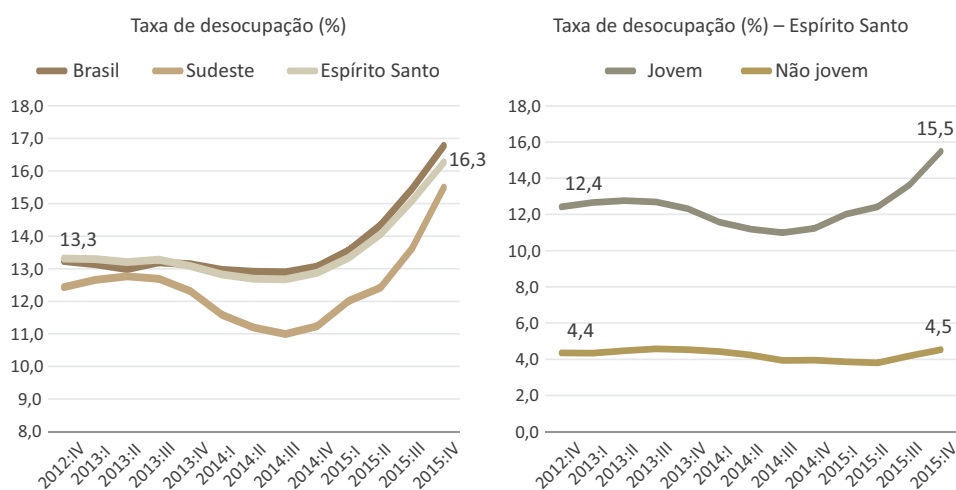
Fonte: PNAD – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

¹¹ A redução na taxa de participação destoa daqueles apresentados anteriormente neste caderno, principalmente na comparação com o ano de 2013. Entretanto, ambas as explicações podem ser verdadeiras, uma vez que existem diferenças metodológicas importantes entre as pesquisas. Dessa forma, a confirmação da tendência de queda na participação só poderá ser feita após a divulgação dos resultados da PNAD anual 2015, prevista para novembro de 2016.

Os não jovens, por outro lado, tiveram taxa de desocupação estimada em 4,5%, pouco superior à estimada em 2012, mostrando que esse grupo em 2015 começou a sentir o aumento da desocupação. O crescimento da desocupação entre os não jovens pode ser explicado pela geração de ocupações insuficientes para absorver a expansão da oferta de trabalho deste segmento populacional.

Gráfico 55 - Evolução da taxa de desocupação por unidade geográfica e evolução da taxa de desocupação do espírito santo por faixa etária – 4º trimestre de 2012 a 4º trimestre de 2015 (média móvel 4 trimestres)



Fonte: PNAD – IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN.

O aumento do desemprego juvenil nos últimos anos parece estar acompanhando as recentes mudanças no cenário econômico do país e do estado. O frágil desempenho da economia nacional e capixaba desde 2014 já tem reflexos na destruição de vagas no mercado de trabalho. Em 2015 essa condição se aprofundou com a redução no nível de atividade, agravado com a queda na produção no setor da indústria extrativa mineral no final do ano e com a retração das atividades de comércio e serviços. Assim, o recente desempenho econômico, tem se traduzido em perspectiva de menores oportunidades de trabalho, atingindo particularmente os jovens, tendo em vista a maior dificuldade de inserção destes.

Diante desses desafios adicionais que ora se colocam e da maior dificuldade e vulnerabilidade do jovem diante do mercado de trabalho, as seções anteriores permitem extrair algumas estratégias e recomendações relacionadas ao tema juventude e o mercado de trabalho. É claro que aqui não se pretende esgotar nem abarcar todos os problemas da relação do jovem com mercado de trabalho, a

ideia é apenas apresentar algumas direções iniciais que podem ser tiradas da análise realizada anteriormente, que podem ser vistas por dois ângulos distintos: o da inserção ocupacional dos jovens e o da juventude inativa.

Pelo lado da inserção ocupacional, um determinante central em termos de inclusão no mercado de trabalho conforme mostrado é a educação. Os jovens mais escolarizados além de possuírem menor vulnerabilidade ao desemprego, quando ocupados, normalmente estão vinculados a trabalhos de melhor qualidade e de maior rendimento. Conforme apontado por OIT (2009), este elemento ganha importância renovada, dado a aceleração do progresso tecnológico e da globalização, e em um mundo de trabalho onde as competências sociais importam tanto quanto as qualificações profissionais para melhorar a empregabilidade dos jovens.

Diante desse contexto, as estratégias e ações para melhorar a inserção ocupacional dos jovens devem passar necessariamente pelo reforço da formação e qualificação. Apesar do crescimento da escolaridade média dos jovens nos últimos anos, essa ainda permanece baixa. Aliado a isso, um grande número de jovens abandona o estudo, sendo pequeno o número daqueles que conciliam estudo e participação no mercado de trabalho. Assim, além do necessário esforço para aumentar o acesso à educação, de outra parte é fundamental mecanismos que garantam a permanência e/ou volta à escola, com ações voltadas ao combate à evasão escolar, ampliação da educação profissional e a melhora da qualidade da educação. Conforme destacado por Pereira, Rocha e Gomes (2015),

Indiscutível que a educação avançou nas últimas décadas no Brasil como um todo. No Espírito Santo não foi diferente. Fato é que, apesar dos avanços, ainda há um grande caminho a percorrer. O grande salto ocorreu em direção à “universalização” do ensino básico. Não obstante a ampliação do acesso à escola, é importante ressaltar que a permanência do aluno na escola é tão ou mais importante. Ou seja, existe um desafio ainda maior que o acesso que é a qualidade do ensino. É a qualidade do ensino que vai ajudar a assegurar a permanência do aluno na escola e, além disso, garantir a sua progressão às séries seguintes e na idade correta. (PEREIRA, ROCHA E GOMES, 2015, p. 59)

A falta de experiência do jovem, que também é uma desvantagem que condiciona as perspectivas de sucesso na obtenção de uma ocupação adequada, é outro fator importante na inserção ocupacional dos jovens. Diversos estudos indicam que a chance de conseguir um emprego, e mesmo de conseguir um emprego melhor, cresce com o tempo de permanência no mercado de trabalho, que vale para todos os níveis de formação (GUIMARÃES e ALMEIDA, 2013).

A idade do jovem, nesse contexto, aparece como importante variável, tendo em vista a limitada vivência profissional dos jovens. Enquanto os mais novos, de 15 a 17 anos, decidem majoritariamente não ofertar trabalho, a partir dessa faixa etária cresce a taxa de participação, com os jovens de 25 a 29 anos alcançando 84,1% de participação na força de trabalho. A desigualdade entre os grupos etários se expressa nas chances de encontrar trabalho e no tipo de trabalho encontrado. Quanto mais novo é o jovem, maior a vulnerabilidade ao desemprego, maior a ocupação em postos menos protegidas, com grande proporção em empregos informais, não remunerados, sem proteção previdenciária e mal remunerados. Essa forma de inserção mais precária experimentada pelos mais jovens podem levar a maior prejuízo na formação educacional, marginalização social na idade adulta, criando um ciclo persistente de pobreza.

Esta perspectiva indica a necessidade de ações voltadas principalmente a promoção do primeiro emprego e do estágio, busca por uma inserção ocupacional estável, práticas que assegurem a possibilidade de conciliação entre trabalho e estudo de forma que o ingresso precoce não afete negativamente sua trajetória profissional, fortalecimento dos programas de aprendizagem e educação profissional e ampliação dos esforços a fim de evitar a exploração e precarização do trabalho juvenil. Em relação a esses dois últimos itens, atenção especial deve ser dada aos jovens de 15 a 17 anos, que trabalhavam em grande proporção de forma irregular, não correspondendo as especificidades exigidas em lei para o trabalho desses jovens.

É ainda fundamental pelo lado da oferta de trabalho, considerar a heterogeneidade dos jovens, que faz com que alguns deles tenham uma inserção mais difícil e que significativas desigualdades aconteçam no mercado de trabalho, com adoção de estratégias direcionadas a esses grupos específicos, principalmente no que diz respeito às mulheres e aos jovens de famílias mais pobres. Conforme salientado por OIT (2009),

As Políticas Ativas do Mercado de Trabalho que reconhecem a heterogeneidade entre mulheres e homens jovens e que têm como alvo tanto as características individuais (por exemplo, idade, sexo, nível de formação escolar, origem sociocultural) como os problemas específicos do mercado de trabalho, são mais bem-sucedidas do que as políticas genéricas focalizadas para os jovens, como um grupo. (OIT, 2009, p. 73)

Nessa concepção aponta-se medidas que visem uma inserção mais igualitária desses grupos, a proteção social para ajudar as famílias pobres a não comprometer a educação dos seus jovens, assistência de colocação e recolocação em ocupações, aprimoramento de competências e maior estabilidade dos jovens nos empregos.

Pelo lado da demanda, a perda de dinamismo econômico também constitui um fator determinante para a deterioração do padrão de inserção juvenil, reflexo do menor nível de geração de ocupações. Diante disso, faz-se importante iniciativas direcionadas a diversificação econômica e a criação de oportunidades de emprego de boa qualidade, a adequação entre o perfil da mão de obra e as exigências do mercado de trabalho, a promoção do trabalho independente e do empreendedorismo, ao apoio à formalização dos empregos principalmente nos empreendimentos de pequeno porte, promoção de programas de reciclagem profissional e formação nos postos de trabalho e redução da assimetria de informações.

Quando se trata da população economicamente inativa, conforme foi observado na seção 4 deste caderno, houve um crescimento ao longo desta década principalmente entre os jovens que só estudam, que representaram no Espírito Santo 60% da população jovem inativa em 2014, com um perfil, em geral, mais novo, com quase 90% dessa população com idade menor que 24 anos. Com efeito, a política de universalização do ensino, associada ao Bolsa Família tem sido apontada por muitos autores como um fator preponderante para este aumento observado na última década. Apesar disso, existem muitos desafios pela frente no tocante à qualidade da educação oferecida, de modo a reduzir as taxas de abandono dos alunos e melhorar os scores de desempenho padronizados.

Entretanto, um ponto que chama atenção é a questão envolvendo os jovens denominados “Nem Nem”, ou seja, aqueles que não trabalham nem estudam. Conforme pôde ser observado, quase 80% desta população no Espírito Santo era composta por mulheres com escolaridade mais baixa, especialmente pertencentes às famílias mais pobres, das quais aproximadamente 88% tinham alguma responsabilidade com os afazeres domésticos. Além disso, pelo menos 70% das jovens tiveram um filho o que leva a crer que uma das principais razões para o afastamento do mercado de trabalho e dos estudos está relacionada à maternidade. Em todo caso, essas mulheres passam em média 20 horas semanais por conta do trabalho no lar, o que dificulta a inserção produtiva bem como a continuidade dos estudos.

Apesar de haver um forte componente cultural envolvido neste assunto, dado que a maior parte dos países latino-americanos possuem uma cultura patriarcal, existem ações que podem contribuir para diminuir essa disparidade. Por exemplo, a oferta de creches para estas famílias configuraria como uma saída para as mulheres que desejam continuar os estudos ou se inserir no mercado de trabalho. Em caráter mais preventivo, a existência de uma política de educação sexual, que conscientize os jovens sobre a importância dos métodos contraceptivos e quais as consequências relacionadas à gravidez precoce. Ainda relacionada à educação, a promoção de debates envolvendo jovens sobre o papel do companheiro nas tarefas domésticas, de modo a não sobrecarregar as mulheres.

Em relação ao mercado de trabalho, também chama atenção para a existência de fatores que reforçam o desencorajamento entre as mulheres. Ocupações de menor qualidade, a existência de diferenciais salariais entre homens e mulheres, apesar da melhora neste quesito ao longo dos últimos anos, são elementos que afastam as jovens do mercado de trabalho, com consequências para a geração de renda de suas famílias.

Os dados apresentados ao longo do Caderno demonstraram que a inserção do jovem no mercado de trabalho é geralmente muito difícil e com vários indicativos de que o mesmo se encontra em uma posição desfavorável. Entretanto, especialistas sobre mercado de trabalho apontaram para a necessidade de cautela ao aumentar os incentivos do jovem em ingressar no mundo do trabalho, que muitas vezes é acompanhado por uma alta taxa de rotatividade, reflexo da falta de experiência e das próprias condições de trabalho, como aponta Guimarães e Almeida (2013):

Encontrou-se, ao lado da falta de experiência, que as dificuldades enfrentadas pelos jovens estavam fortemente relacionadas à alta rotatividade das respectivas ocupações. Entre os jovens que entravam no desemprego, apenas uma parte estaria na busca do primeiro emprego, sendo que grande parte teria chegado a essa condição devido à baixa duração da ocupação, normalmente precária. (GUIMARÃES, A.Q. e ALMEIDA, M.E. 2013, p. 11)

Dessa forma, deve-se ter em mente que a formulação de políticas voltadas aos jovens em relação ao mundo de trabalho não deve ter como objetivo a inserção “forçada” no mercado, mas sim equalizar as chances de ingresso, caso o jovem assim o deseje.



Foto: Eugênio Herkenhoff – Acervo IJUN.

ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, Dec. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, v. 26, n. 68, p. 293–314, ago. 2013.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso. **Jovens, Revista de Estudos sobre Juventud**, v. 9, n. 22, p. 338–355, 2005.

COSTANZI, R. N. Trabalho decente e juventude no Brasil. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220 p.

FLORI, P.M. Desemprego de jovens no Brasil. Revista da ABET. V.V, N.1, Jan/Jun. 2005

GUIMARÃES, A.Q. e ALMEIDA, M.E. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. Temas de Administração Pública, v.8, n.2. 2013

IBGE. Síntese dos indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 34. 2014 .

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios. Notas Metodológicas. 2011.

IPEA. Carta de Conjuntura: Março de 2015. Diretoria de estudos e políticas macroeconômicas. Rio de Janeiro, 2015.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. A crise do emprego jovem: Tempo de agir. Conferência Internacional do Trabalho, 101ª Sessão, Relatório V. Genebra, 2012.

PEREIRA, S.M., ROCHA, A.R.F. E GOMES, C.S. Juventude e educação no Espírito Santo. Instituto Jones dos Santos Neves, Cadernos da juventude, 01. Vitória, ES, 66p. 2015.

RAMOS, L. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. IPEA, texto para discussão n. 1255. Rio de Janeiro, 2007

SANTOS, A. C. e RIBEIRO, G. Indicador Trimestral de PIB do Espírito Santo - IV Trimestre de 2015. Instituto Jones dos Santos Neves, Espírito Santo, 2016.

SEADE; DIEESE. Os jovens e o mercado de trabalho na região do ABC. Estudo Especial. 2013. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/ped/abc/pdfs/estudoJovensABCjul2013.pdf>

SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, n.2, jul-dez, 2002 a.

VENTURI, G. e TORINI, D. Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil / Gustavo Venturi e Danilo Torini; Organização Internacional do Trabalho. - Genebra: OIT, 2014



www.ijsn.es.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento